

CASA ABERTA
SECRETARIA DO MENOR
3 ANOS DE EXPERIÊNCIA







Rua Bela Cintra, 1032
CEP 01415 - Tel.: (011) 259-4155
São Paulo - SP

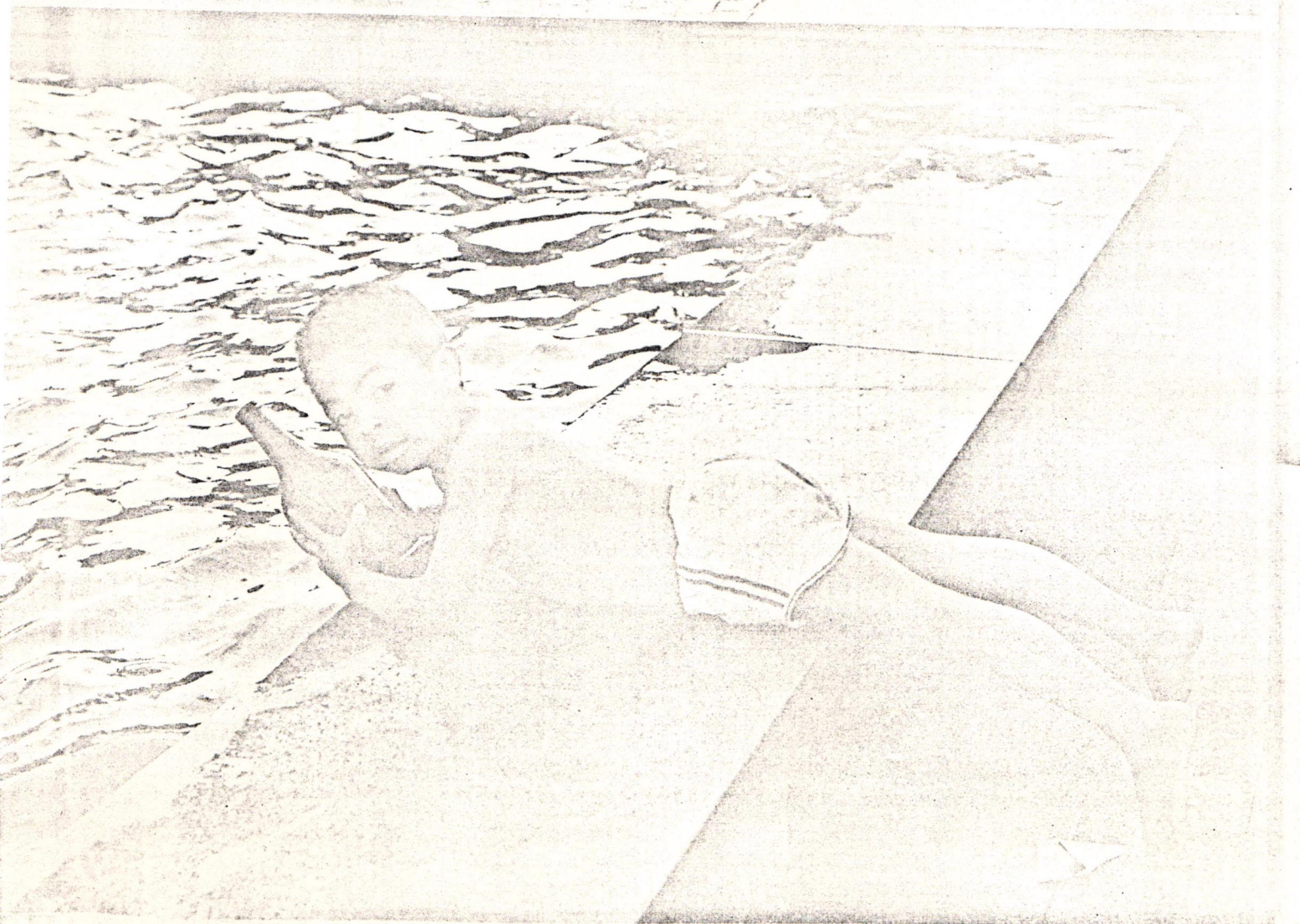
**Num país onde
gerações inteiras têm
sido condenadas
à pobreza e à infelicida-
de, não há alternativa
senão a de lutar pela
conquista do presente,
especialmente quando
a fronteira entre a
juventude e a infância
é cada vez menos
nítida!**

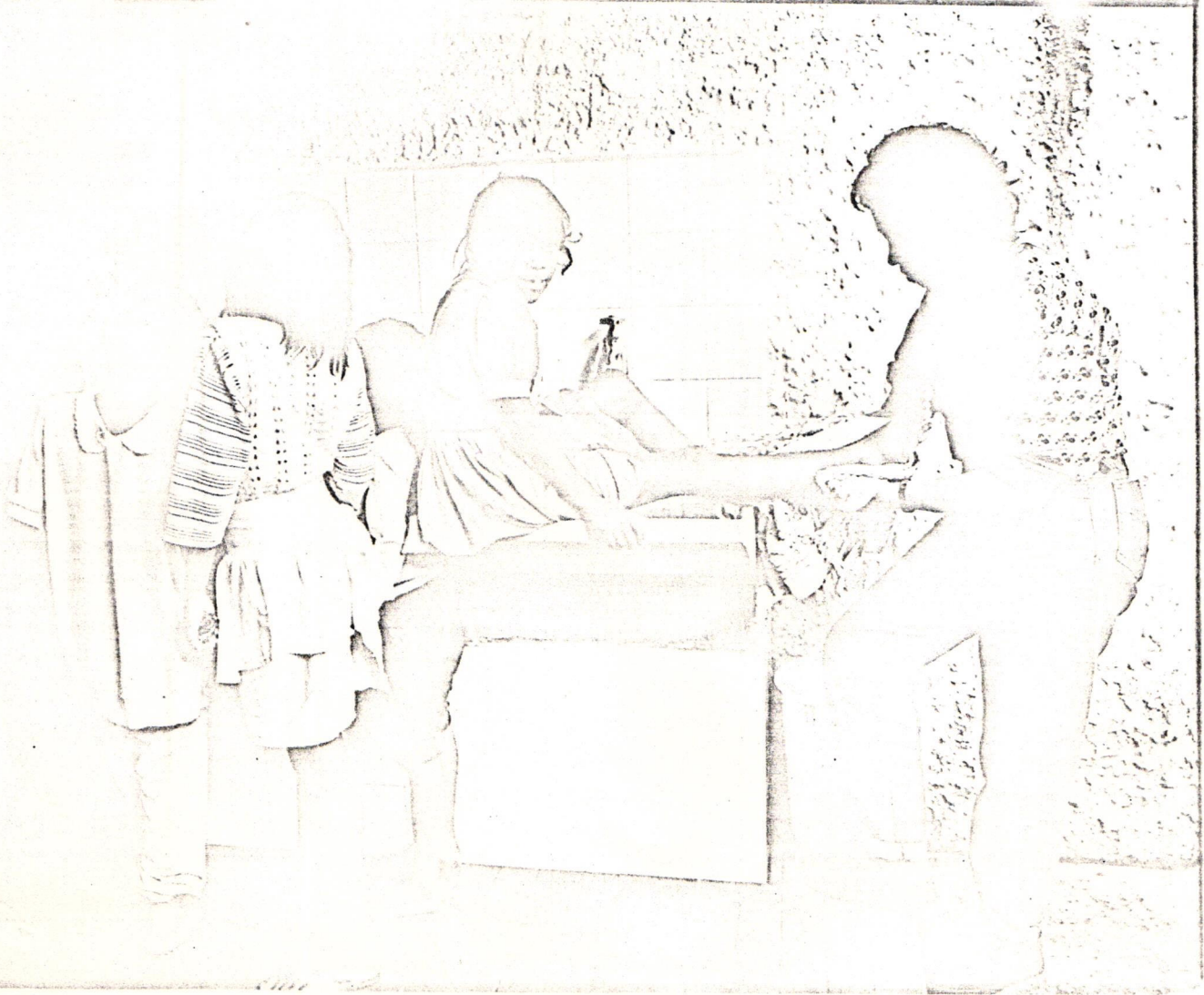
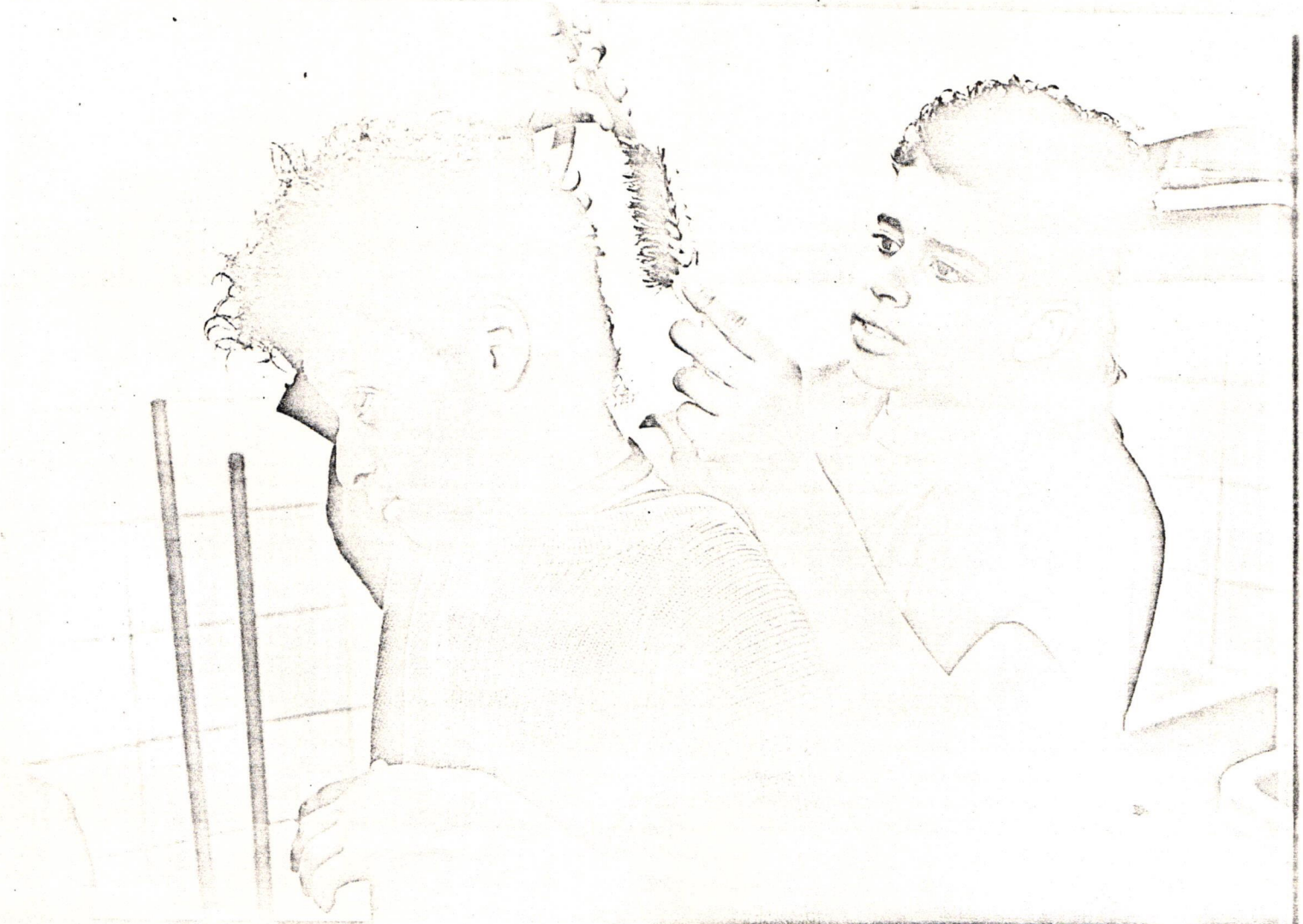
**Quem poderia dizer
a idade exata de dois
milhões de crianças
trabalhadoras em nosso
Estado hoje?**

**Que as crianças,
qualquer criança, todas
as crianças, possam
sentir-se seguras
e amadas, gostar de si
mesmas, aprender
coisas, vencer o medo
e tomar nas mãos o seu
destino para construir
a própria história.
Uma história comum de
pessoas que moram
numa casa, que
estudam numa escola,
que trabalham, que
produzem para si e para
a sociedade.**

**Enfim, que possam
participar dos benefícios
conquistados pela
humanidade e ser
felizes. Já!**

**Alda Marco Antonio
Secretária do Menor**





reg
inte
der
cial
çã
zes
mit
exe
cio
os
cid

6. p

relac
os jo
qu
cess
púb
esco
Mer
ção

os e
nec
tunc
mer
gen
é co
gicc
con

rua
qua
e a
fere
çã
mo
for
da
nh
du

Casa
à rua,
e con-
É um
onde
siona-

se dá
e fun-
er na
a ca-
os de
ento
patri-
boas
ento
ças.
vida-
uma
leve-
aten-

das
pelo
este-
rece
para,
ação

poli-
aria.
se-
o di-

e
y
r
o
z
z
s
e
t





casa aberta



S241c São Paulo (SP) Secretaria do Menor.
Casa Aberta/Secretaria do Menor — São Paulo:
A Secretaria, 1990.
76p. : il. ; 21 x 28 cm. (Série Secretaria do Menor: 3 anos
de experiência).

ISBN 85-7231-014-2

I. Título II. Série

CDU 374

Ficha Técnica

Texto

Cecília Simonetti
Maria Cecília Cação Pereira
Sylvia Cvasin

Projeto gráfico

Fernando Lemos

Capa

Trabalho realizado sobre o muro
pelas crianças do Programa
Turma Faz Arte da Secretaria do Menor
— Unidade Glicério.

Fotos

Iolanda Huzak

Revisão

Centro de Informação e Divulgação - CID
Margarida Maria C. de O. Sampaio
Angela Maria Perez Reyes (digitação)
Dina Maura Simões Fernandes
Fernão Ramos
Silmara Filardi

Orest
Gove

Alda
Secr

Efigê
Chef

Ana
Asse
Asse

Rob
Asse

Giov
Coo
Inte

Lan
Dire
e In

Mar
Dire
ao

Rel
Dir
ao

Ma
Dir
e I

Orestes Quércia
Governador do Estado de São Paulo

Alda Marco Antonio
Secretária do Menor

Efigênia Maria Sales Sampaio
Chefe de Gabinete

Ana Célia de Almeida Prado Pecci
Assessora Responsável pela
Assessoria Técnica

Roberto Raphael Carrozzo Scardua
Assessor de Comunicação

Giovanna Sinopoli
Coordenadora de Atendimento
Integral ao Menor

Laneir Garcia Gonzalez
Diretora do Grupo de Planejamento
e Integração

Mara Silvia Cóser de Camargo
Diretora do Grupo de Atendimento
ao Menor do Interior

Reinaldo da Silva Bulgarelli
Diretor do Grupo de Atendimento
ao Menor da Capital

Margarida Maria Cruz de Oliveira Sampaio
Diretora do Centro de Informação
e Divulgação

"Tia, quando eu crescer eu vou ser um humano adulto."
(de uma criança da Casa Aberta de Moema)

"...é como se fosse um companheiro de viagem. Um de nós pode descer na próxima parada, mas do mesmo banco e, por alguns momentos, olharmos na mesma direção."
(de um coordenador de Casa Aberta, sobre o trabalho em meio aberto)



apresentação

A Secretaria do Menor do Estado de São Paulo nasceu da promessa feita pelo governador Orestes Quércia, ainda em campanha, de priorizar, no Estado de São Paulo, os cuidados com crianças e jovens das famílias mais pobres. Esta prioridade representou o reconhecimento de uma questão alarmante, a dos meninos e meninas de rua. À época eles protagonizavam histórias violentas envolvendo roubo, furto, seguidos de espancamentos e prisões, fatos divulgados sistematicamente pelos jornais, acompanhados pela grita da sociedade que pedia aos governantes urgentes providências.

Em resposta a este clamor e tão logo foi empossado, como primeiro ato de seu Governo, o governador Orestes Quércia criou a Secretaria do Menor com a tarefa não só de renovar as políticas públicas dirigidas a crianças e jovens, reconhecendo-lhes direitos e garantindo-lhes justiça, mas também de mudar a postura do Estado no tratamento a eles dispensado. Desde então, a Secretaria passou a ser um foco de atenção já que teria como missão desenvolver uma experiência pioneira em todo o país, ainda hoje sem similar em nível de Executivo Estadual.

Para cumprir essa tarefa, eu e a pequena equipe inicial da recém-criada Secretaria, começamos por tentar entender o que é essa chamada criança de rua, onde está, como vive, o que lhe acontece nas ruas e fora delas e a procurar quantificá-las. À época os jornais estimavam em cerca de 600 mil os meninos que perambulavam pela Capital — um total equivalente à população de uma grande cidade —, o que nos pareceu exagerado. Pelas informações que conseguimos reunir, reduzimos este número para 50 mil, um contingente ainda exorbitante para ser atendido através de uma política de resultados, conforme exigia a sociedade.

Para realizar trabalho de tamanha envergadura, as únicas ferramentas de que dispúnhamos eram as nossas próprias convicções: democráticas, de fé no ser humano, na liberdade, no respeito, na educação como formação e transformação. E que, por outro lado, são contra a repressão, a punição e o confinamento — convicções estas que, ao longo do tempo, vêm se mostrando acertadas.

Passamos a entender a situação de rua dessas crianças como uma decorrência do nosso sistema social e começamos a montar uma linha de trabalho ainda precária e experimental. Se ouvimos, por um lado, especialistas que nos deram preciosas contribuições, outros setores da sociedade sugeriram medidas ultrapassadas, repressivas e de confinamento, que rechaçamos sumariamente. Ao final dos debates nossa linha de argumentação venceu, plenamente apoiada pelo governador Orestes Quércia.

Começamos então a delinear com maior clareza um método de educação em meio aberto e criamos nosso primeiro programa, o programa Casa Aberta, objetivando viabilizar o acesso das crianças e jovens em situação de rua à sociabilização, educação, assistência médica, documentação, aprendizado profissional, ao emprego — para os maiores de 14 anos — oferecendo ainda moradia aos jovens que trabalham e para os quais, no momento, o retorno à família se mostrou inviável.

A existência de crianças e jovens em situação de rua, agravada sobretudo pelo modelo econômico adotado no País, só recentemente passou a ser cientificamente estudada e quantificada. Não se sabe ao certo, portanto, quantas são as crianças brasileiras vitimadas por esta circunstância. Mas sabe-se que elas existem, a Secretaria do Menor conseguiu defini-las e, em São Paulo, localizá-las e propor um modelo de atendimento inovador. Afinal, tanto quanto os adultos, estas crianças e jovens têm direito de freqüentar as ruas, que ainda são espaços de lazer, de sociabilização e, para muitas, o único espaço democrático que conhecem, mas que não pode absolutamente ser configurado como única opção de sobrevivência e de lazer.

A Secretaria do Menor do Estado de São Paulo entende que se não houver uma intervenção educacional responsável na vida desses meninos e meninas, dificilmente conseguirão resgatar sua cidadania. Trata-se aqui de uma intervenção efetivada nas ruas, local que é visto na nossa proposta como espaço para uma educação norteada por princípios de liberdade, de entendimento, de não-repressão e não-assistencialismo, de respeito aos sentimentos da criança, à sua individualidade, às suas aspirações e história de vida, sobretudo contada por ela mesma.

Na minha opinião, embora o problema dos meninos em situação de rua não esteja ainda solucionado, já que as famílias de baixa renda continuam a viver em extrema penúria, hoje dispomos em São Paulo de um modelo que reflete um equacionamento mais adequado da questão. Por isso, na minha gestão, este trabalho terá sempre a prioridade que merece, ainda que na rua viva uma única criança.

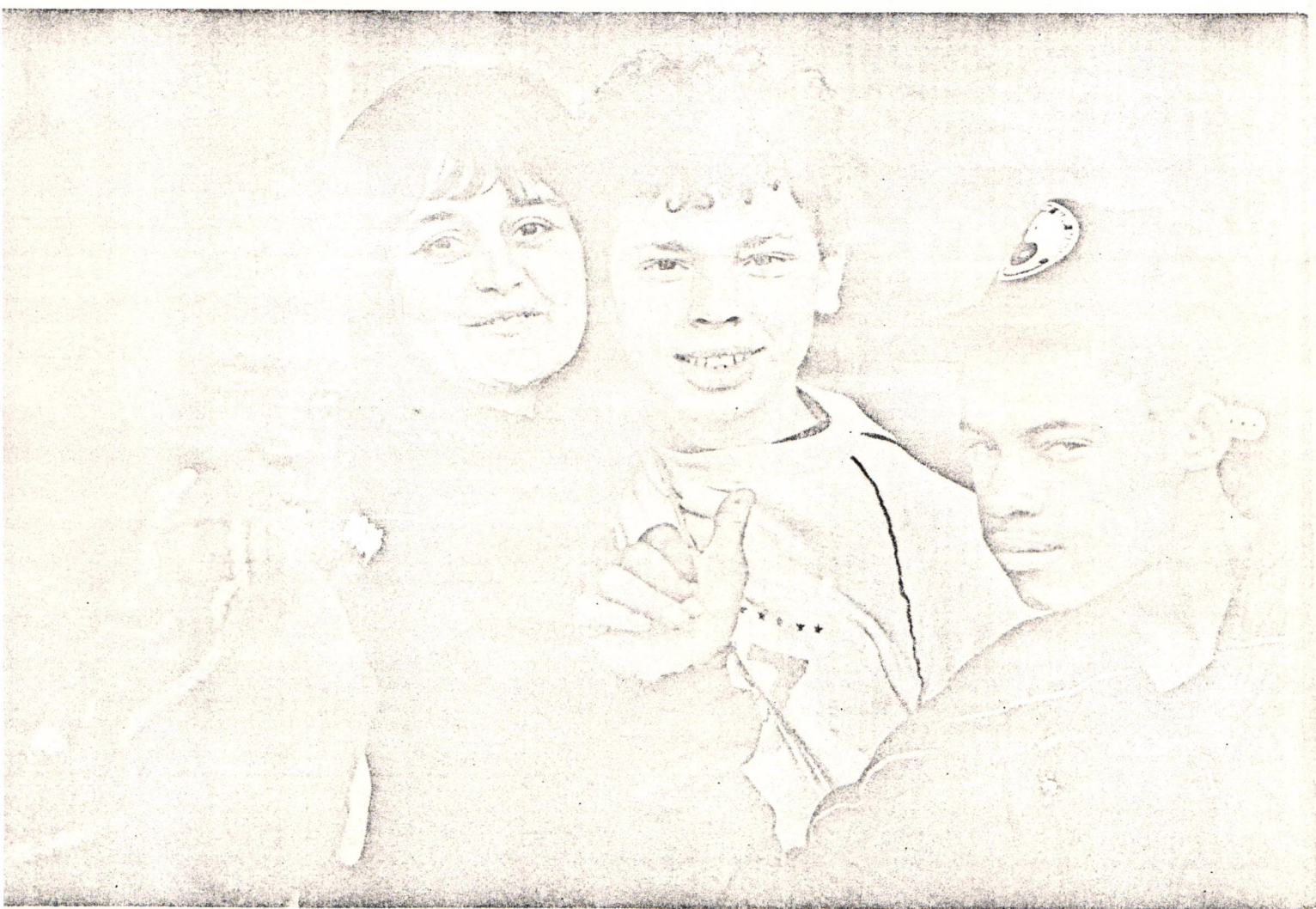
É preciso que os educadores continuem presentes, aproximando-se rapidamente de meninos perdidos, extraviados, fugitivos, carentes, contribuindo assim para acabar aos poucos com o mito de criança de rua, já minimizado pela mudança de mentalidade que lentamente está se fazendo sentir.

Este documento sintetiza uma experiência pioneira vivida pelo grupo de profissionais que integram a Casa Aberta. A despeito das previsões mais pessimistas, é uma experiência vitoriosa, que não transigiu das suas convicções, corajosamente assumidas. Nossos educadores de rua engajaram-se no programa porque nele acreditaram. E porque todos nós acreditamos, transformamos nossas teorias em prática.

Hoje podemos afirmar que este é um bom caminho para reverter a situação desses meninos e meninas.

Um caminho que, creio, poderá dar certo em qualquer lugar do mundo.

Alda Marco Antonio
Secretária do Menor



sum

I pro
1 d

II cri

1

2

3

III e

n

1

2

IV

sumário

I programa casa aberta	11
1 diretrizes básicas	13
II crianças e jovens em situação de rua	17
1 situações de trabalho	22
2 condição das famílias.....	22
3 considerações sobre a população atendida .	25
III educador de rua e atendimento em meio aberto	27
1 educador de rua	29
2 considerações sobre o atendimento em meio aberto	29
IV campo de ação e atribuições do educador de rua	33
1 observar a dinâmica da rua	35
2 levantar os recursos do bairro e sensibilizar a comunidade	35
3 aproximar-se dos meninos e das meninas e estabelecer uma relação de troca	40
4 incentivar as crianças e os jovens a recuperarem suas histórias de vida	42
5 discutir as regras de funcionamento da casa	42
6 providenciar encaminhamentos específicos:	45
6.1 família	45
6.2 programas da secretaria do menor	53
6.3 trabalho.....	54
6.4 órgãos públicos federais, estaduais e municipais.....	59
7 participar de encontros, seminários e reciclagens.....	62
8 documentar o trabalho através de relatórios	62
V conclusão	65



I programa casa aberta

O progr
na do Menor
sa data uma
do Estado d
blicas dirigic

Com a
Secretaria d
permitiram
definidos e

- prop
dimento à p
to anos, filh
ras com re
minimos;

- muc
lista de at

- pos
o usufruto
dados de

Com
tos e dado
em situaç
cretaria d
diretrizes
à propost
cessários

1. diretri

O p
crianças
São mer
movem :
seu loca
ria ajuda
biliza pe
ção que
expõe-s

O
possibil
recurso
tunidade
cidadã
ção, la
ção bá
tivo e p
res de

C
sa Ab
fissior
crianç
dar q
de de
reitos





O programa Casa Aberta, criado pela Secretaria do Menor em abril de 1987, vem sendo desde essa data uma das ações mais inovadoras do Governo do Estado de São Paulo no âmbito das políticas públicas dirigidas a crianças e adolescentes.

Com a implantação do programa Casa Aberta, a Secretaria do Menor criou algumas das condições que permitiram viabilizar os seus objetivos gerais, assim definidos em março de 1987:

- propor uma política integral e integrada de atendimento à população na faixa etária de zero a dezoito anos, filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras com renda familiar mensal de até dois salários mínimos;

- mudar radicalmente a concepção assistencialista de atendimento a essa população;

- possibilitar, através de seus programas e ações, o usufruto dos direitos e deveres específicos aos cidadãos de zero a dezoito anos.

Com base nesses objetivos e nos conhecimentos e dados disponíveis sobre as crianças e os jovens em situação de rua (*) na cidade de São Paulo, a Secretaria do Menor estabeleceu, naquela ocasião, as diretrizes quanto à população-alvo, aos profissionais, à proposta pedagógica e aos aspectos operativos necessários à execução do programa.

1. diretrizes básicas

O programa Casa Aberta destina-se a atender crianças e jovens em situação de rua em São Paulo. São meninos e meninas que desde muito cedo promovem sua própria subsistência, na rua, distantes de seu local de moradia. Alguns dormem na rua. A maioria ajuda no orçamento familiar ou até se responsabiliza por ele. O programa atua junto a esta população que, ao fazer da rua seu espaço de convivência, expõe-se a riscos concretos no dia-a-dia.

O programa Casa Aberta (**) tem por objetivo possibilitar a essas crianças e jovens o acesso aos recursos disponíveis na comunidade, dando-lhes oportunidade para o usufruto de direitos específicos aos cidadãos menores de dezoito anos: acesso à educação, lazer, assistência médica, moradia, documentação básica, proteção, segurança, bem-estar físico, afetivo e psicológico e experiência profissional aos maiores de quatorze anos.

Os recursos humanos básicos do programa Casa Aberta são os educadores de rua (***) . Estes profissionais, de nível universitário, exercem junto às crianças e aos jovens uma ação educativa que visa dar qualidade àqueles encaminhamentos: a qualidade do respeito à liberdade, à dignidade e demais direitos destes cidadãos menores de dezoito anos.

A ação dos educadores de rua do programa Casa Aberta se dá segundo os princípios do atendimento em meio aberto, uma proposta incorporada por esta Secretaria e reelaborada ao longo destes três anos, para responder a essas demandas concretas que resultam de uma realidade de exploração e miséria. Ao invés de trilhar o caminho das instituições fechadas, que não educam, a Secretaria do Menor optou por este modelo de atendimento. Não por considerar a educação em meio aberto como um valor em si mesmo, mas sim como um recurso possível, necessário, diante da inadequação das políticas sociais vigentes para responder aos direitos universais, principalmente das populações jovens.

A concepção de educação que orienta o trabalho do educador de rua da Secretaria do Menor baseia-se na troca, na participação e na interação; fuge do assistencialismo e do paternalismo, garantindo uma postura ativa e crítica da criança; respeita os valores da criança e da comunidade; trabalha o processo educativo e o momento e privilegia o vínculo educador/educando como estratégia fundamental.

O trabalho dos educadores de rua da Secretaria do Menor tem como apoio logístico as Casas Abertas, instaladas em áreas de fácil acesso e que correspondem a regiões de concentração de meninos e meninas em situação de rua: áreas de comércio com intensa circulação de pessoas; entroncamentos de ruas movimentadas; largos, estações de metrô, de trem, terminais de transportes coletivos; regiões de bares, restaurantes, cinemas e escolas.

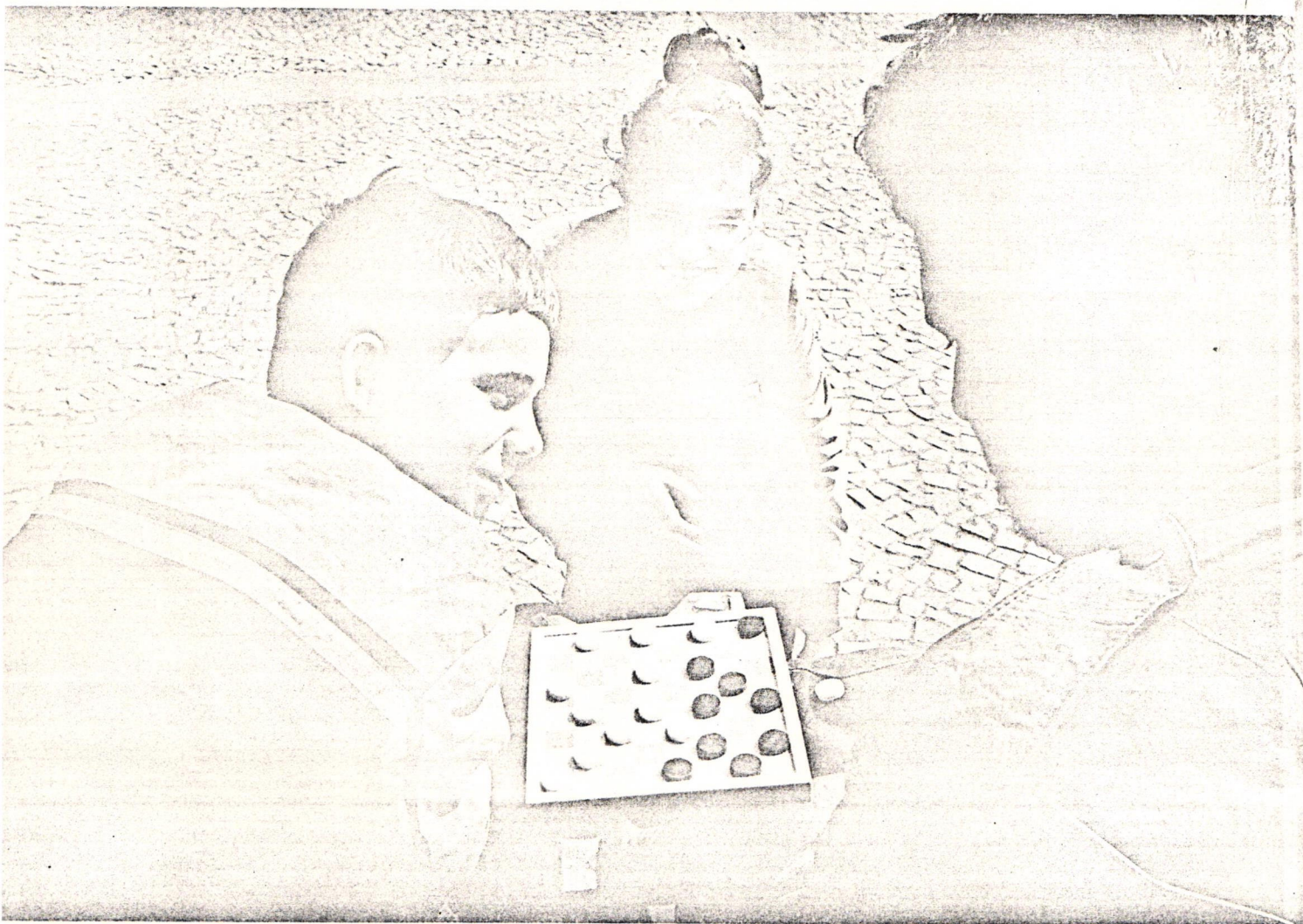
O fluxo das crianças e dos jovens em direção a essas áreas, via de regra, começa nas proximidades da moradia, avança para áreas intermediárias como largos, terminais de ônibus, estações e finalmente atinge as regiões do centro da cidade. A praça da Sé, por exemplo, tem o valor simbólico de ponto de chegada no processo de apropriação da rua como território de vivências.

As Casas Abertas estão instaladas em locais estratégicos que apresentam maiores possibilidades de interromper o fluxo das crianças em direção ao centro.

(*) O conceito de crianças e jovens em situação de rua foi adotado pela Secretaria do Menor no decorrer do trabalho, tendo em vista as limitações do termo "meninos de rua", conforme exposição no capítulo II.

(**) As diretrizes e os princípios norteadores da ação dos educadores de rua da Secretaria do Menor estão destacados nos quadros que integram este livro.

(***) A figura do educador de rua foi delineada pela Secretaria do Menor que precisou o perfil e definiu as funções, conforme exposição no capítulo III.



caract

A
veis té
tos, us
po, pa
rio, e p
no qu
zinha
ou co

Paulis
avali
abso
Entur
na m
mas

unidades das casas abertas

Local	Data de implantação
Centro	
• Cerqueira César	junho/87
• Luz	dezembro/87
• Brás	dezembro/87
• Praça da Sé	fevereiro/88
Zona Sul	
• Largo 13 de Maio	junho/87
• Largo de Moema	agosto/87
• Terminal do Metrô Jabaquara	agosto/87
• Vila Joaniza	agosto/87
Zona Leste	
• Itaquera	agosto/87
• São Miguel Paulista	dezembro/87
Zona Oeste	
• Mercado da Lapa	dezembro/87
• Largo de Pinheiros	outubro/88
Zona Norte	
• Vila Nova Cachoeirinha	dezembro/87
• Terminal do Metrô Santana	fevereiro/89
Interior	
• Campinas	agosto/87

características do imóvel

As Casas Abertas da Secretaria do Menor são imóveis térreos que contêm, no mínimo, sala e dois quartos, usados para atividades lúdicas e educativas em grupo, para atendimento individualizado, quando necessário, e para funções administrativas. Há ainda um pequeno quintal com tanque, banheiros com chuveiros e cozinha equipada somente para a preparação de lanches ou comemorações especiais, sempre de iniciativa das

crianças e dos jovens. O mobiliário é básico, essencial, e o abastecimento se resume ao material de consumo para as atividades nelas exercidas. A capacidade média de atendimento é de trinta crianças. Tratando-se de recursos públicos, servem de referencial não só para as crianças e jovens em situação de rua, como também para as suas famílias e para os serviços e instituições da região.

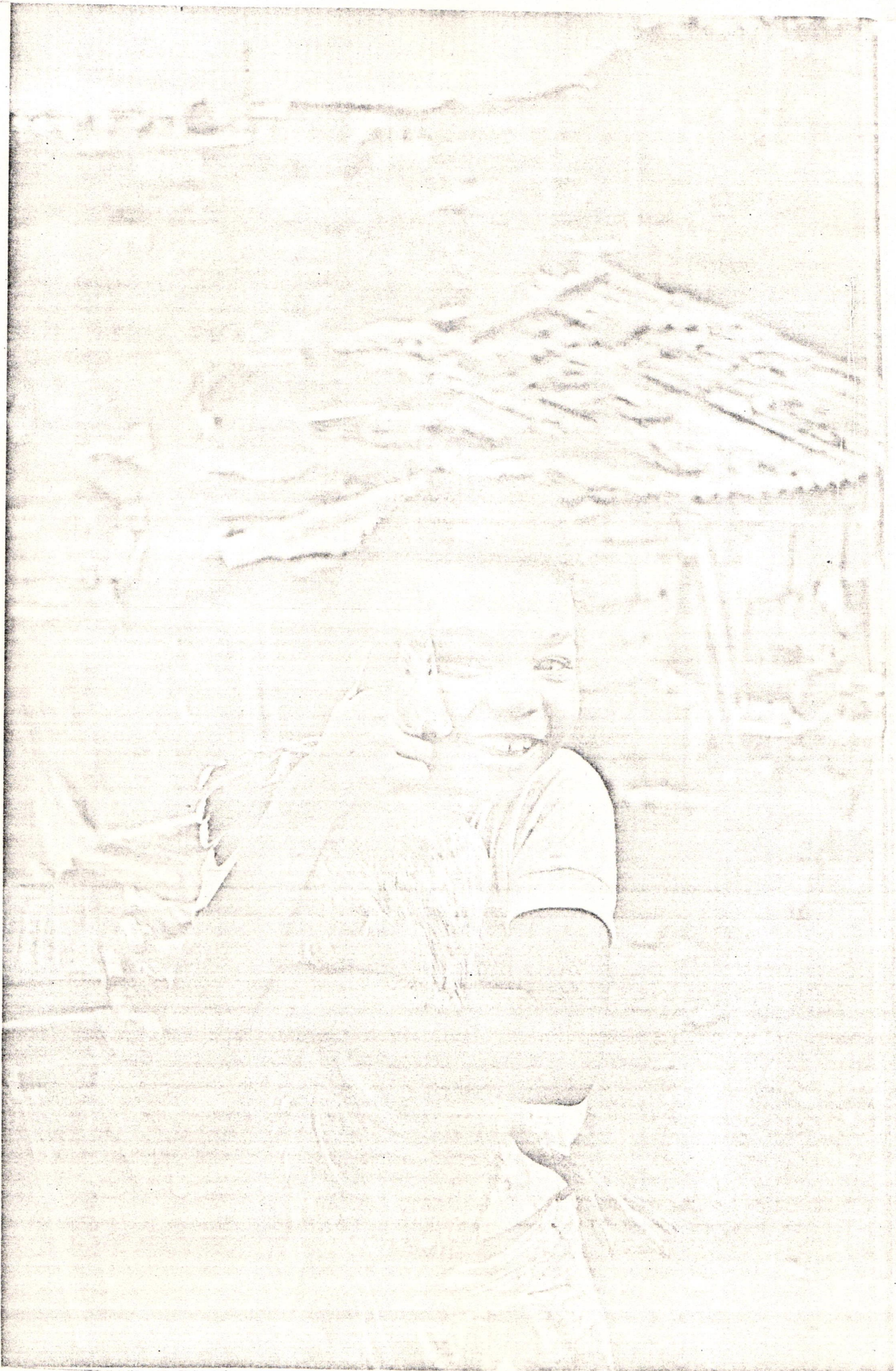
Na Zona Leste foram instaladas, no segundo semestre de 87, duas Casas Abertas: uma no largo de São Miguel Paulista e outra em Itaquera, ambas próximas a centros comerciais de periferia. Posteriormente, a Secretaria do Menor avaliou que essas regiões demandavam programas de ação complementar à família e à escola, com capacidade de absorver um número elevado de crianças por dia. A Secretaria optou por ampliar sua cobertura e instalar aí o programa Enturmando. Outras duas casas, a da Vila Joaniza (Zona Sul) e a da Vila Nova Cachoeirinha (Zona Norte), instaladas na mesma ocasião e igualmente em áreas de comércio de bairros periféricos, também serão substituídas por programas de maior cobertura.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud. The text outlines the various methods used to collect and analyze data, including the use of statistical techniques and computerized systems. It also discusses the challenges associated with data collection and analysis, such as the need for standardized procedures and the potential for bias and error.

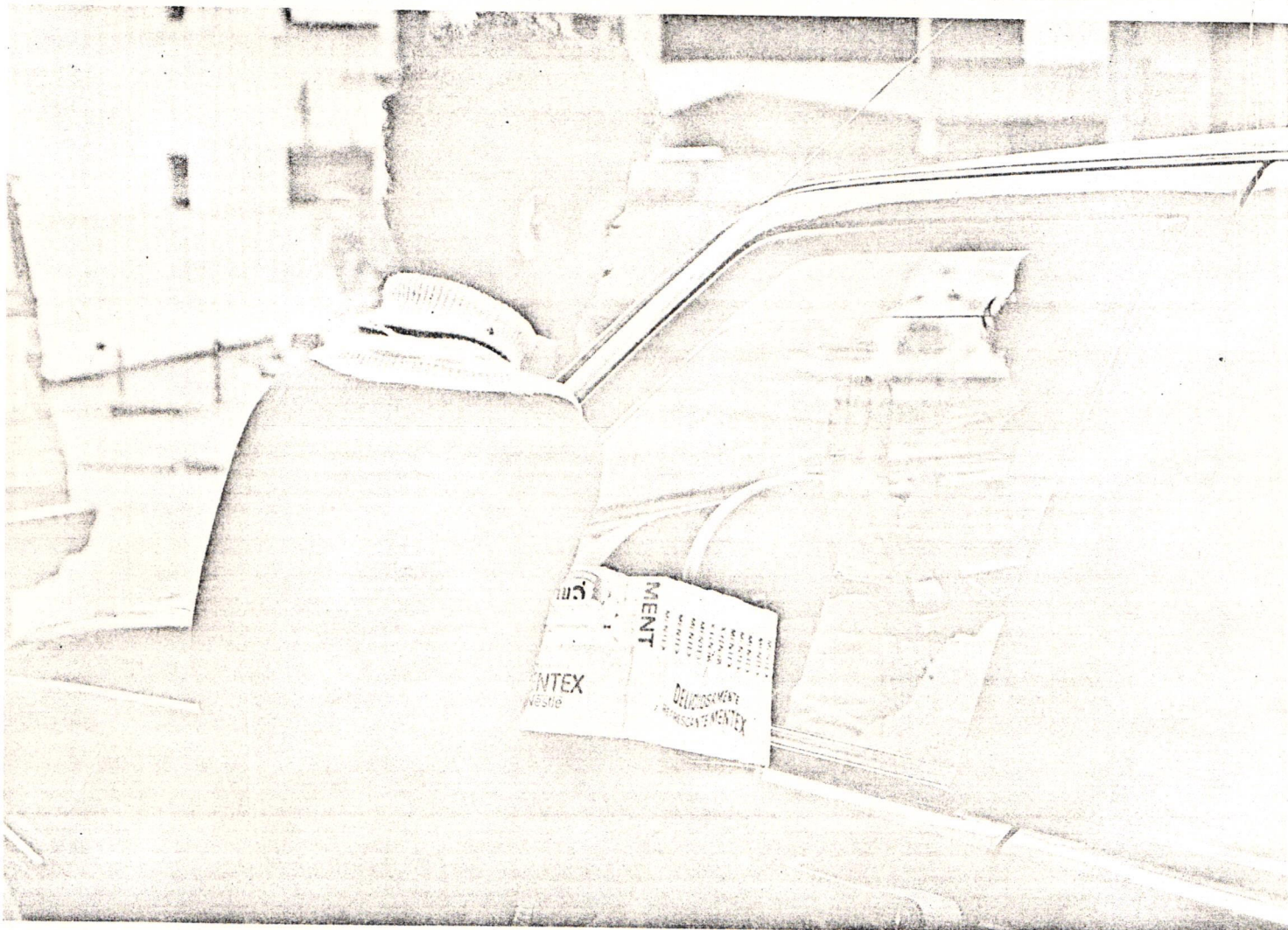
2. The second part of the document focuses on the development of a comprehensive system of internal controls. This system is designed to ensure that all transactions are properly authorized, recorded, and classified. It includes a detailed description of the various control procedures, such as the separation of duties, the use of independent checks, and the implementation of a system of internal audits. The text also discusses the importance of training and education in the development and implementation of these controls, and the need for ongoing monitoring and evaluation to ensure their effectiveness.

3. The third part of the document discusses the role of the internal audit function in the overall system of internal controls. It describes the various responsibilities of the internal audit function, including the monitoring and evaluation of the internal control system, the identification and reporting of control deficiencies, and the implementation of corrective actions. The text also discusses the importance of the internal audit function in the detection and prevention of fraud, and the need for a strong and independent internal audit function to ensure the integrity of the financial system.

Category	Item	Description
Accounting	1. General Ledger	Records all financial transactions and maintains the accounting records.
	2. Accounts Payable	Tracks the company's obligations to its suppliers and vendors.
	3. Accounts Receivable	Tracks the company's rights to receive payment from its customers.
	4. Inventory	Tracks the company's stock of goods and materials.
Internal Controls	1. Authorization	Ensures that all transactions are properly approved and authorized.
	2. Segregation of Duties	Prevents any one individual from having control over all aspects of a transaction.
	3. Independent Checks	Provides a system of checks and balances to ensure the accuracy of the records.
	4. Internal Audits	Provides an independent review of the internal control system.
Fraud Prevention	1. Risk Assessment	Identifies and evaluates the risks of fraud within the organization.
	2. Control Procedures	Implements specific control procedures to prevent and detect fraud.
	3. Training and Education	Provides ongoing training and education to employees on fraud prevention.
	4. Reporting Mechanisms	Establishes a system for reporting suspected fraud to the appropriate authorities.



II
crianças e jovens em
situação de rua



Três anos
Secretaria de
Programa Casa
as e jovens e
pretende avan
undida que p
ros de menin
ntos: os "me
a rua e os
rabalhando.

Ao adota
situação de r
ou-se em vár
as fronteiras c
luidas e inde
idiano na ga
ambos, simul
ser, para uns
espaço princ

É eviden
criança de
distância for
ça abandon
outros paíse
rua" e "cria
abandonada
gramas con
cebeu a ina
nada de for
de crianças
têm vínculo

A Secr
os conceito:
podem gera
muitas veze
adotar o co

O caré
não é uma
nega difere
côncito e
Ele permite
nificados d
crianças e
contexto g
la desigual
"maus"

Ao or
únicas par
ma Casa

U
clado ré
os men
o sexo
vai ser
realizar

Três anos de experiência de trabalho permitiram a Secretaria do Menor precisar a população-alvo do programa Casa Aberta através do conceito de crianças e jovens em situação de rua. Esta conceituação pretende avançar em relação à visão amplamente difundida que pressupõe a existência de diferentes tipos de meninos, movimentando-se em territórios distintos: os "meninos de rua" que moram e sobrevivem na rua e os "meninos na rua" que vivem da rua, trabalhando.

Ao adotar o conceito de crianças e jovens em situação de rua, a Secretaria do Menor fundamentou-se em várias constatações. Entre elas, a de que as fronteiras que separam os referidos territórios são fluidas e indefinidas; de que a rua é o espaço do cotidiano na garantia da subsistência e do lazer, ou de ambos, simultaneamente; e ainda de que a rua pode ser, para uns, o espaço secundário e, para outros, o espaço principal de vivência.

É evidente que os conceitos "criança na rua" e "criança de rua" representam já um avanço e uma distância formidável com relação ao conceito de criança abandonada, amplamente usado no Brasil e em outros países. Até pouco tempo atrás, "criança de rua" e "criança na rua" eram sinônimos de criança abandonada. Foi somente após a implantação de programas concretos para essa população que se percebeu a inadequação de se utilizar o termo abandonada de forma generalizada. É pequeno o percentual de crianças e jovens que não têm família ou não mantêm vínculo familiar sistemático.

A Secretaria do Menor entende que até mesmo os conceitos de "criança na rua" e "criança de rua" podem gerar formas diferenciadas de atendimento, muitas vezes segregacionistas e estigmatizantes. Daí adotar o conceito de crianças em situação de rua.

O caráter unificador do termo "situação de rua" não é uma resposta simplista, pois não apaga nem nega diferenças, pelo contrário. O termo reunifica, no conceito e na ação, o que foi separado formalmente. Ele permite que se aprendam as diversidades de significados que o estar na rua representa para essas crianças e jovens e suas famílias, situando-as em um contexto global, marcado pela diversidade e não pela desigualdade, que costuma separar os "bons" dos "maus".

Ao orientar sua ação por princípios e propostas únicas para o conjunto da população-alvo do programa Casa Aberta, a Secretaria do Menor favoreceu

uma experiência que permitiu construir o conceito de crianças e jovens em situação de rua, visando contemplá-las indistintamente. A precisão conceitual, advinda do trabalho realizado pelos educadores de rua desta Secretaria, permitiu delinear com maior nitidez o número de crianças e jovens em situação de rua e constatar que o contingente dessas crianças e jovens não é tão extenso quanto se pretendia nos anos 70.

Em 1985, foram estimados, no Brasil, 36 milhões de menores carentes, dos quais 7 milhões de abandonados (*). Cifras superestimadas justapondo-se à dramaticidade real das condições de vida, podem gerar imobilismo ou ainda assistencialismo dentre as posturas que se orientam, no fundo, pela noção de que um problema tão comóvente e assustador não é passível de solução.

Que as condições de vida são dramáticas não há dúvida: em relação ao total da população do Estado de São Paulo há um elevado percentual de jovens que, em sua maioria, vivem em situação de pobreza, sem usufruir dos direitos fundamentais de cidadania. Isso porém não significa obrigatoriamente que sejam abandonados pela família, que morem e vivam na rua, nem que sejam milhões de crianças com histórias sem solução.

As primeiras impressões registradas pelos educadores da Secretaria do Menor referiam-se não só às estatísticas superestimadas do número de crianças e jovens, mas também à própria inconsistência quanto às características dessa população em relação às suas atividades na rua e a sua situação familiar.

Observaram que a grande maioria dessas crianças e jovens vive precocemente a situação de trabalhadores, pois são participantes ou elementos fundamentais das estratégias improvisadas pelas famílias na busca da sobrevivência.

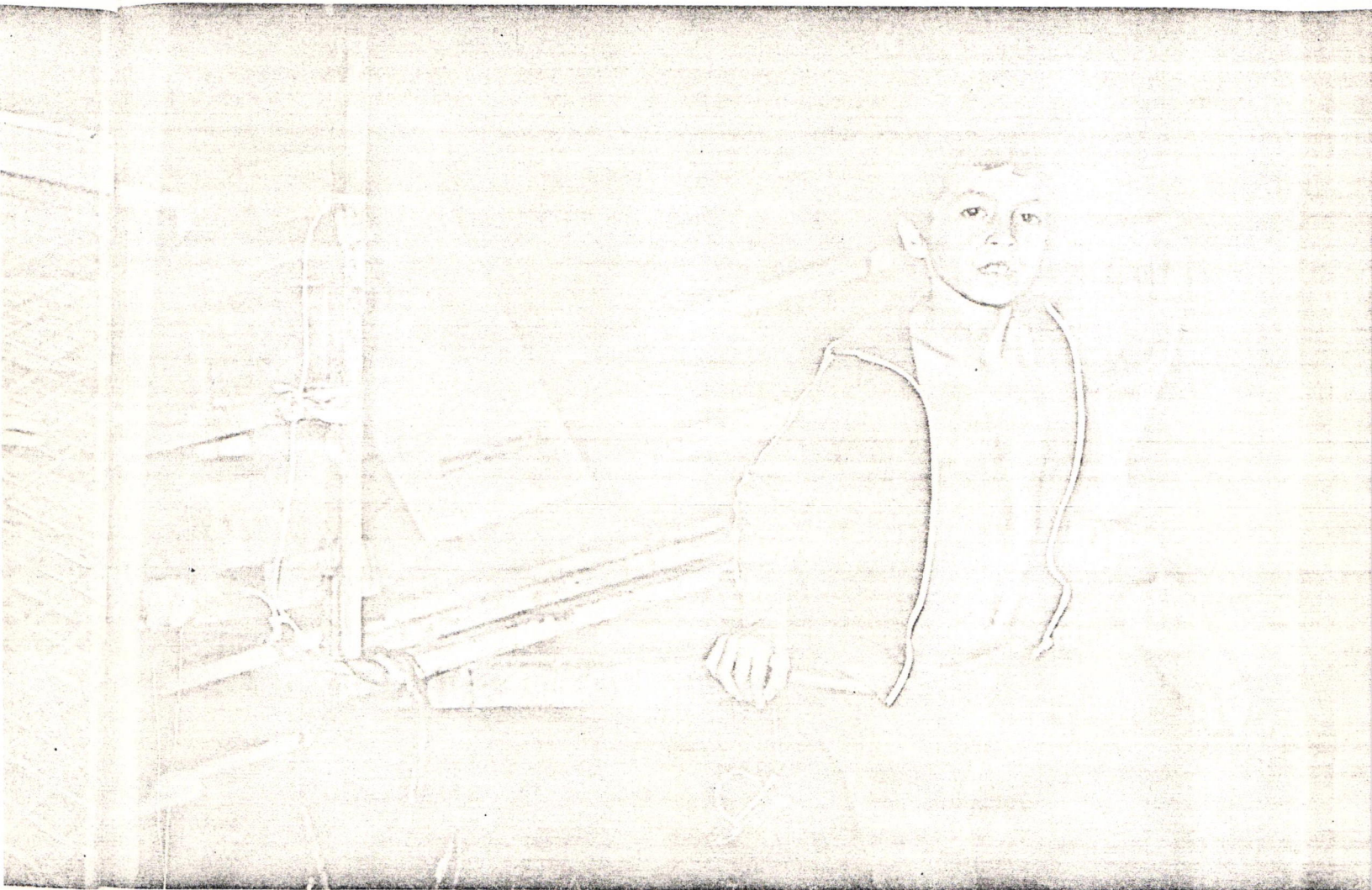
Encontraram também crianças e jovens que, além de trabalharem nas ruas, freqüentam a escola em algum período do dia, embora estudar e trabalhar não seja a característica mais comumente encontrada.

Foi possível constatar que a maioria dessas crianças e jovens está na rua reeditando o círculo de reprodução da pobreza: executando tarefas rentáveis de forma irregular, sem que isso signifique melhoria na qualidade de suas vidas e de suas famílias.

(*) Retratos do Brasil. Estimativa da FUNABEM.

Uma das características dessa população jovem em situação de rua é ser predominantemente masculina. Este dado reflete, por um lado, a crise do sistema educacional brasileiro, que nos últimos anos está expulsando muito mais os meninos do que as meninas. Reflete também um valor histórico e cultural desta sociedade que reserva a rua para o sexo masculino. Muitas meninas também são expulsas da escola, mas somente algumas vão para as ruas. A maioria vai ser empregada doméstica, um trabalho que tem menor visibilidade que o da rua, ou permanece na própria casa, realizando as tarefas domésticas.





1. situações de trabalho

O espaço da feira livre acolhe o grupo dos trabalhadores da feira que compreende o carregador, o que trabalha na barraca, o que cuida dos carros, o vendedor, e também o xepeiro que recolhe os restos do chão, o pedinte e o perambulante, muitas vezes acompanhados da mãe ou de outra pessoa da família. Essas crianças e jovens, na faixa etária de seis a quatorze anos, em sua maioria são meninos. No geral moram com a família e se deslocam de seus bairros para as feiras muitas vezes com os próprios feirantes. Formam grupos organizados que se conhecem e que em algumas situações convivem e em outras se confrontam. Com o ganho total ou parcial do trabalho colaboram no orçamento familiar ou garantem seu próprio sustento no tocante à alimentação e ao transporte.

No grupo dos engraxates, predominantemente do sexo masculino, encontram-se adolescentes na faixa etária entre doze e dezesseis anos. É um grupo que também se desloca da periferia para os pontos de trabalho, em alguns casos, com os próprios pais, também engraxates. Em geral trabalham em pontos fixos, principalmente nos dias de maior movimento, quinta, sexta e sábado, e são considerados pela população como trabalhadores esforçados.

É comum encontrar crianças e jovens do sexo feminino na faixa etária entre nove e quatorze anos no grupo de catadores de papelão, uma atividade que envolve grande número de pessoas em diferentes pontos da cidade. Estão sempre acompanhados por adultos, sejam pais, parentes ou amigos, que controlam o recolhimento de papelão, retalhos de tecidos e sacos plásticos usados. Essa tarefa geralmente é realizada no final do dia, quando se dirigem a pontos estratégicos onde passam os caminhões para comprar esses produtos.

Como vendedores estão qualificadas as crianças e os jovens que comercializam diversas mercadorias em semáforos, bancas de rua, bares, trens, terminais rododiferroviários. Em algumas regiões é mais comum o jovem comprar e vender por conta própria. Em outras, a família ou um outro adulto fica na retaguarda das negociações: o jovem recebe parte dos lucros mas não é dono da mercadoria. A maioria destes jovens vive com a família e se desloca diariamente para os pontos de venda.

No grupo de guardadores de carros encontramos crianças e jovens na faixa etária de sete a dezesseis anos, também na maioria meninos. A atividade é fluante, alternando os locais de trabalho de acordo com as épocas do ano, como natal, carnaval, festas etc. Há também os que se fixam em determinados pontos e ali permanecem durante anos. No geral moram com a família e deslocam-se diariamente em grupo da periferia para o centro.

Uma mesma criança ou jovem pode executar várias dessas atividades, segundo as circunstâncias. Pode inclusive envolver-se em ações ilícitas ao mesmo

tempo em que desempenha essas atividades que, apesar de aviltantes, são aceitas pela sociedade. Fica portanto difícil, e muitas vezes até incongruente separá-los em categorias segundo suas atividades, seja, os que são trabalhadores de um lado, e os que sobrevivem do roubo ou da esmola de outro. Na rua as estratégias de sobrevivência são múltiplas e podem ser vividas por uma mesma criança, conforme o momento, conforme as pressões que ela sofre.

2. condição das famílias

Uma característica desta população de jovens em situação de rua é pertencer a famílias, em muitos casos chefiadas por mulheres, seja pela ausência do pai, seja porque este tem atuação pouco significativa na busca dos meios de sobrevivência.

As observações levantadas na prática pelos educadores de rua da Secretaria do Menor permitiram traçar alguns contornos que facilitam a compreensão da dinâmica familiar das crianças e jovens que participam do programa Casa Aberta.

São famílias numerosas, marcadas pelo pauperismo, com adultos desempregados, subempregados ou doentes. Os baixos rendimentos inviabilizam os gastos com vestuário, condução e até alimentação. Moram em barracos de favela, em cômodos de cortiços ou em casas deterioradas e insalubres.

Em muitas famílias o relacionamento afetivo com os filhos flui positivamente. Noutras, a relação com os filhos se dá através de agressões físicas, castigos corporais e ameaças. Uma violência doméstica que, aliás, não é exclusividade das classes populares. No caso de mais de uma união da mulher, às vezes, o atual companheiro não aceita o filho e o expulsa, noutras, a relação mãe/filho é a mais forte e se mantém em detrimento da relação mãe/companheiro.

Em algumas famílias todos trabalham e os pais são conscientes de que o trabalho dos filhos é prematuro e comporta riscos de violência e de exploração. Mas não podem prescindir dele. Em outras, a própria família estimula ou mesmo obriga os filhos a saírem às ruas para conseguir dinheiro. Os educadores de Casa Aberta encontraram muitos pais ou adultos desocupados, sobrevivendo às custas do dinheiro das crianças que, nestes casos, eram o arrimo da família.

Algumas famílias mostram-se impotentes frente à situação dos filhos nas ruas. Outras evitam seu retorno, temerosas de que possam prejudicar os outros filhos, e preferem encaminhá-los a instituições fechadas. Há famílias que não interpretam o confinamento como abandono e vêem nele uma solução no cuidado dos filhos. Para muitos a educação em meio aberto não é entendida, pois a internação dos filhos ainda é a única solução que vislumbra para tirar os filhos da rua.

Há pais que entregam a guarda das crianças aos parentes, outros que tentam delegar responsabilidades a outras pessoas, como por exemplo aos próprios educadores. São famílias que desconhecem seus direitos assim como os recursos e os serviços sociais públicos

idades que
cidade. F
congruente
vidades, o
lo, e os que
tro. Na rua
tiplas e po
a, conforme
ela sofre.

os jovens em
muitos casos
do pai, se
iva na bus

pelos edu-
nitiram tra-
eensão de
participam

o pauperis-
agados ou
os gastos
Moram em
ou em ca-

etivo com
io com os
tigos cor-
que, aliás,
o caso de
al compa-
a relação
mento da

s pais são
maturo e
Mas não
mília es-
uas para
berta en-
s, sobre-
e, nestes

frente à
retorno,
filhos, e
s. Há fa-
o aban-
s filhos.
entendi-
solução

cas aos
idades
os edu-
direitos
úblicos





Disponíveis. E
comunidade,
com o Poder
indicar a gu
educadores

São fan
relho de Esta
mo paradigr
de família nu
da dos filhos
as Casas Ab
tidiano são c
tas pesquisa
classes soci
diversidade

As ins
sociedade
pluralidade
miliares e d
ra que essa
modelo pa

Reco
não signifi
ou atuaçã
zação fan
e do jover
constituci

3. consi

A pr
mais fun
em situa
vidades c
dinheiro
to que ex
vidades

Ap
sempre
dade en
o adulto
dente c
identific
das ins
tância,
obtido.
para a
na rua.
tia, rea
rerá ris
que de
de Ru
te em
tregar

disponíveis. Excluídos dos benefícios e dos recursos da comunidade, ou totalmente despreparados para lidar com o Poder Judiciário, alguns pais só começaram a reivindicar a guarda dos filhos depois de orientados pelos educadores de Casa Aberta.

São famílias que escapam ao modelo que o aparelho de Estado, ou alguns estudiosos, consideram como paradigma do desenvolvimento da criança: o modelo de família nuclear, onde o pai é o provedor e a mãe cuida dos filhos. Nas famílias das crianças que freqüentam as Casas Abertas, as formas de organização de seu cotidiano são outras, os arranjos são diversos. Aliás, muitas pesquisas no Brasil vêm mostrando que em todas as classes sociais, e não apenas nas de baixa renda, existe diversidade de modos de organização familiar.

As instituições de Estado, as políticas públicas e a sociedade civil necessitam reconhecer e se adequar à pluralidade de modos de organização e de arranjos familiares e domésticos, sem julgamentos valorativos, para que essas famílias e suas crianças, que escapam ao modelo paradigmático, não sejam estigmatizadas.

Reconhecer a pluralidade de arranjos familiares não significa, contudo, abstrair-se de qualquer crítica ou atuação, sobretudo nos casos em que a organização familiar assenta-se na exploração da criança e do jovem e na negação de seus direitos universais e constitucionais.

3. considerações sobre a população atendida

A presença do adulto, parente ou não, é a marca mais fundamental da existência desta população jovem em situação de rua. A forma como se organizam, as atividades que desenvolvem, o destino do que é obtido, em dinheiro ou espécie, tudo nos remete à figura de um adulto que exerce o controle, direto ou indireto, sobre as atividades que realizam.

Apesar de fundamental, essa marca do adulto nem sempre é visível, principalmente se a natureza da atividade envolve roubo ou drogas. Sobretudo nestes casos, o adulto guarda um distanciamento da ação, independente de pertencer ou não a categorias profissionais identificadas formalmente com a defesa e a segurança das instituições públicas e dos cidadãos. Mesmo à distância, sempre recebe total ou parcialmente o produto obtido. A passagem do produto a este adulto significa, para a criança ou o jovem, negociar a sua permanência na rua, sua proteção e cobertura. Por exemplo, a garantia, real ou não, de que não será aprisionado nem correrá riscos de vida. Quando se trata de crianças e jovens que dormem na rua, em mocós(*), no Projeto Criança de Rua, criado pela FEBEM, ou mesmo esporadicamente em suas casas, essa negociação é vital. Sempre entregar ao adulto, mas nunca entregar o adulto.

O adulto nem sempre se expõe, mesmo quando a atividade não é de natureza ilícita. Ou observa os meninos e meninas à distância ou delega esse papel a outra pessoa, que pode até ser uma criança mais velha. Neste caso, e quando moram com a família, os jovens costumam se deslocar em conjunto para os pontos de maior rendimento, sempre acompanhados por um responsável. Na volta à casa, entregam tudo ou parte do que arrecadaram no dia ao adulto. Às vezes a família estipula uma quantia a ser ganha pela criança. Esta permanece na rua o tempo necessário para obtê-la, só retornando à casa com o dever cumprido, mesmo que para isso leve alguns dias.

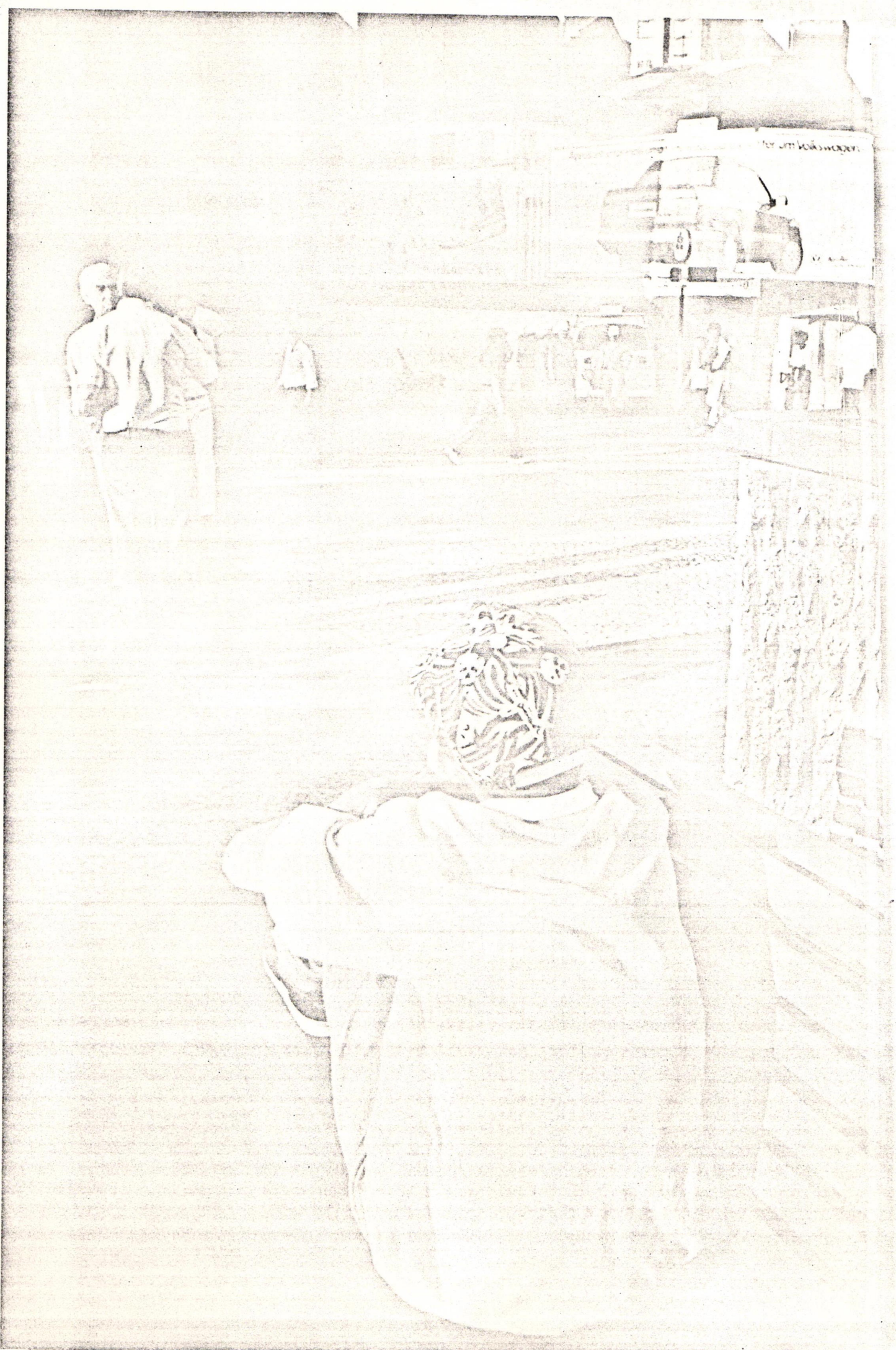
Em outras situações, temos a oportunidade de ver os adultos compartilhando a atividade lado a lado com os jovens, principalmente entre os catadores de papelão. O controle que exercem é explícito e não lhes agrada, a priori, a aproximação de alguém que possa interferir no rendimento dos filhos. Uma das maiores resistências que os educadores de rua encontram ao aproximar-se das crianças vem da parte desses adultos.

Além da presença do adulto, outro fato marcante é as crianças e jovens se apresentarem sempre agrupados, seja quando permanecem na rua para dormir, seja quando se deslocam de seus locais de moradia. Mesmo quando vêm de casa sozinhos, integram-se em um agrupamento enquanto realizam a atividade. No interior de um mesmo agrupamento podem conviver crianças que moram nas ruas, ao lado das que vivem em suas casas.

Os meninos e as meninas em situação de rua deslocam-se pela cidade pressionados por policiais, comerciantes e moradores, atraídos pela rentabilidade do local ou até mesmo em consequência de conflitos internos no grupo como, por exemplo, a disputa pela liderança. A distribuição das funções no agrupamento e dos locais de trabalho leva em conta a idade, as habilidades pessoais e o tempo de vivência na rua.

O fato de viverem agrupados não significa que compartilhem uma solidariedade incondicional. Às vezes, inadvertidamente, esses agrupamentos podem ser tomados como grupos coesos onde funciona o lema "um por todos, todos por um" e isso nem sempre é verdade. Unem-se em torno de interesses pontuais, e até formam um grupo em determinado momento, para em seguida dissolvê-lo e até mesmo entrar em disputa. Atribuir-lhes a característica da incondicional solidariedade grupal é mais um mito a ser superado, sob pena de orientar o trabalho por caminhos que não conduzirão a lugar algum. Afinal, não somos Alice e nem estamos no País das Maravilhas onde, segundo o Gato Careteiro, "qualquer caminho conduz a algum ponto, se você andar depressa e chegar".

(*) mocós: locais onde as crianças e os jovens moram ou guardam objetos.



at

III
educador de rua e
atendimento em meio aberto



1. educ

A fig
Secretari
trabalho
realizada
cer suas
pou-se c
dimento
nindo as
novo co

Se
de amb
igual pr
persiste
é mais
nas. E
meio al
dentro
não-rep
nha me

Pa
tadas p
zação,
são da
ção de
sas cri
conqu
lores
próprio
dos in
abran
para

A
oitent
o pro
semin
aborc
ninos
e par
traba
educ
da p
aten
men
Cas

tos,
gum
cria
taria
jeto

div
jov
nar
cie

1. educador de rua

A figura do educador de rua foi delineada pela Secretaria do Menor com base em experiências de trabalho com meninos e meninas em situação de rua realizadas por outras entidades sociais. Ao estabelecer suas primeiras diretrizes, a Secretaria preocupou-se com a elaboração de uma proposta de atendimento em meio aberto, precisando o perfil e definindo as funções do educador de rua, agora em um novo contexto enquanto profissional do Estado.

Selecionou universitários de Ciências Humanas de ambos os sexos, com a intenção de admiti-los em igual proporção, o que se tornou inviável pois ainda persiste o preconceito de que trabalhar com crianças é mais adequado às supostas características femininas. E tratou também de prepará-los para atuar em meio aberto, dada a falta de cursos especializados, dentro de uma perspectiva não-assistencialista e não-repressiva no cuidado com crianças e jovens, linha mestra de todos os programas desta Secretaria.

Para a aprovação dos candidatos foram ressaltadas potencialidades como: capacidade de organização, de interação, de observação e de compreensão da realidade das crianças e dos jovens em situação de rua; condições para reconhecer os direitos dessas crianças e jovens enquanto cidadãos; estímulo à conquista de sua autonomia; respeito aos diversos valores e comportamentos, evitando a imposição dos próprios padrões morais; valorização da potencialidade dos indivíduos; prioridade às concepções e ações abrangentes, tendo em vista o todo social; iniciativa para realizar reflexões; capacidade de interação.

A Secretaria do Menor produziu treinamentos de oitenta horas para os educadores selecionados para o programa Casa Aberta, compreendendo palestras, seminários e dinâmicas de grupo. Entre os temas abordados estão: políticas públicas relativas aos meninos em situação de rua, contexto sócio-econômico e parâmetros jurídicos; infância e adolescência; família; trabalho; saúde; violência; sexualidade; alfabetização; educação e trabalho; dinâmica da rua; características da população-alvo; elementos pedagógicos para o atendimento em meio aberto; estrutura e funcionamento da Secretaria do Menor; relação do programa Casa Aberta com a comunidade.

Foram convidados, para participar dos treinamentos, profissionais da área acadêmica e pessoas de alguma forma envolvidas diretamente no trabalho com crianças e jovens em diferentes esferas, como Secretarias de Estado, Judiciário, movimentos sociais, projetos alternativos e outros.

Com o objetivo de situar o educador dentro da diversidade de aspectos que envolvem a criança e o jovem em situação de rua, a programação dos treinamentos reúne informações de caráter técnico-científico e elementos de reflexão sobre valores, pos-

turas e atitudes que o educador deve ter no desempenho de suas funções em meio aberto, ressaltando a novidade do seu papel enquanto funcionário do poder executivo estadual.

2. considerações sobre o atendimento em meio aberto

O atendimento em meio aberto tem na rua um dos espaços privilegiados da intervenção e da ação pedagógica dos educadores. A proposta da Secretaria do Menor baseia-se na idéia de que o ato educativo pode ocorrer em espaços diferenciados daqueles formalmente determinados pela escola. No atendimento em meio aberto a prática educativa se faz presente nos espaços de convívio da criança e do jovem. Ela se estabelece na rua e se complementa em espaços delimitados.

Atendimento em meio aberto é uma proposta que evoca a potencialidade dessas crianças e jovens para se sensibilizarem e se comprometerem com o próprio desenvolvimento. Longe de se tentar repor o que lhes foi tirado como decorrência de sua situação social e econômica, o objetivo é propiciar condições para que se efetive este compromisso e este desenvolvimento.

Nesse tipo de atendimento, a metodologia participativa é um recurso desejável tanto no planejamento, quanto na ação dos educadores. No planejamento, tal metodologia é utilizada para garantir a participação da equipe na discussão das múltiplas contribuições que emergem das experiências de trabalho do dia-a-dia, ou da diversidade de olhares sobre o mesmo. No desenvolvimento do trabalho junto às crianças e jovens, é utilizada para garantir que estes possam falar, se posicionar, ser ouvidos e contribuir na orientação das ações. Através desta metodologia é garantido que o atendimento contemple as diferenças entre os educadores e as crianças, fruto de vivências, valores e expectativas diferentes.

Cabe lembrar que planejamento participativo não é apenas uma forma de equacionar problemas, é também um instrumento que pretende a troca de experiências, o redimensionamento de questões, a aprendizagem, a inovação.

A multiplicidade de ações e intervenções possíveis e necessárias remete à tríade ação/reflexão/ação, onde o planejamento tem como pressuposto o processo constante de pensar a prática. Ao educador é conferido o papel de orientador, capaz de dar respostas e indicar formas de ação que signifiquem resultados positivos para crianças e jovens, possibilitando um aprendizado e um exercício voltados para a transformação qualitativa da vida. Por meio deste método estabelece-se entre educador e crianças uma relação de interação, diferenciada da maioria das relações que compõem o universo de sociabilidade dessa população: uma relação que exige troca e flexibilidade de ambos, para que incorporem a transformação.

O planejamento das atividades, quando se atua em meio aberto, deve levar em conta a rotatividade das crianças e dos jovens, bem como o caráter temporário e fortuito dos encontros. Por mais que o encontro possa parecer efêmero, descontínuo e pouco significativo aos olhos do observador, ele certamente imprimirá suas marcas. O momento é um elemento-chave no trabalho do educador de rua.

Atendimento em meio aberto significa atuar no momento, nos limites do possível. Implica redimensionar noções como tempo, frequência, resultados. Observar ritmos individuais, histórias de vida, varia-

ções quanto a valores, tempo ou forma de permanência em situação de rua. Implica considerar as variações na frequência a lugares habituais e a necessidade de lidar com emergências.

A transitoriedade é um dos qualificativos do atendimento em meio aberto e pode variar conforme os casos, sem se tornar fator impeditivo da ação. Atuar no momento é ter ancoragem no aqui e no agora, sem perder de vista o desejável. É aproveitar as oportunidades para intervir; é compor acordos combinando elementos espontâneos da criança e do jovem com a proposta pedagógica levada pelo educador.

atendimento em meio aberto e cidadania

A proposta pedagógica do atendimento em meio aberto da Secretaria do Menor está associada a sua concepção de crianças e de adolescentes como cidadãos. Quando estão em situação de rua isso não significa que perderam seu direito à fala, à integridade física e afetiva, o direito ao respeito e à oportunidade de crescerem

e de se desenvolverem. Possuem um aporte vivencial que deve ser levado em conta no momento da ação educativa. Não são peças amorfas a serem encaixadas em esquemas rígidos, reintegrativos, ressocializantes, repressivos, massificadores e negativamente discriminadores.

Em sua maioria o educador de rua é um jovem de vinte e cinco a trinta anos, sem filhos, que pertence aos estratos médios dos assalariados urbanos. Embora a grande maioria já tenha tido um passado profissional, sua experiência nessa área não é muito longa e está marcada pelos ajustes iniciais na vida de um trabalhador recém-egresso das universidades. Suas perspectivas, anseios, dilemas e vicissitudes são um fator enriquecedor de seu universo simbólico, de seus compromissos sociais, de sua sensibilidade, ampliando sua formação.

O educador de rua desempenha a delicada tarefa de orientar as crianças e os jovens em situação de rua, tornando-lhes acessíveis os recursos da comunidade. Nessa lida, o muito que tem de dar de si, ou o que não tem condições de oferecer ou obter, acentua o seu comprometimento com o produto de seu trabalho.

Embora o educador de rua tenha uma disciplina firmemente estabelecida em seu regime de trabalho, não tem uma rotina marcada nem pela monotonia nem pela concentração específica de elaborar um produto cultural. Apesar de existir para ele uma delimitação de funções com deveres, direitos e obrigações, sua atuação requer um espectro amplo de recursos e ações onde a intuição, a percepção, a camaradagem, a capacidade de interpretar cada aspecto e contemplar medidas na vida de uma criança, são instrumentos decisivos.

Como funcionário da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo, esse educador está marcado por uma fecunda singularidade. Ele viu nascer uma Secretaria de Estado que, tendo princípios, filosofia e normas bastante claras, seguras e definidas desde o início, optou por um método de trabalho, que mesmo não sendo experimentalista e sem direção, foi se construindo na prática, a partir das experiências vividas junto às crianças e aos jovens.

O trato com as crianças pobres traz à tona as contradições fundamentais da sociedade brasileira, uma sociedade que maltrata a criança. Como priorizar nossa intervenção diante do amplo espectro de problemas que a situação de miséria nos apresenta? Cabe ao Estado intervir na vida das famílias? É justo uma criança trabalhar a partir dos quatorze anos? Que fazer diante da ausência de recursos? Como prevenir, remediar, curar? Projetos alternativos de geração de renda para camadas pobres são viáveis? Como não ser assistencialista? A FEBEM se justifica numa ordem democrática? Qual o papel do Estado? Quais seus limites de recursos, de conhecimento, de vontade? Como integrar esforços entre Estado e comunidade? Estas e inúmeras outras questões certamente já haviam sido abordadas e compreendidas desde o início da Secretaria. Entretanto, para o educador de rua elas tiveram que ser enfrentadas no concreto, no bojo de angústias e diante dos terríveis quadros de miséria e de desamparo que essas crianças apresentam. Vinham as perguntas: Estamos ensinando o quê? Qual o significado de nossa ação? Havia muitas vezes sensação de vazio e de impotência.

As questões colocadas devem ser respondidas por toda a sociedade brasileira. Nosso mérito consiste talvez em tê-las colocado através de uma Secretaria de Estado para todo o Estado brasileiro. Responder a estas questões exige um esforço global de integração e de explicitação da questão do menor; exige, no mínimo, a abertura de um grande espaço político e democrático.

Mário Mendes Raucci
Coordenador de Casa Aberta

manên-
as varia-
necessi-

do aten-
orme os
o. Atuar
ra, sem
oportuni-
binando
m com
r.

cial
ção
das
re-
na-

os
es-
si-
us

o-
es

m

o

-

y





IV
campo de ação e atribuições
do educador de rua



A atuação
terenci
encontr
do dese
educati

De
buições:
sim cor
ra a ef

1. obs

In
nor lev
tão em
Casa /

A
miliar:
versa.
que ha
maren
que e
mais p
ment
padas

C
serva
crianç
buiçã
ra est
cola,
se pr

C
serva
que c

obs

ent
tua
da
a p
op
çõe
co
ma
gu

A Secretaria do Menor definiu como campo de atuação do programa Casa Aberta dois territórios diferenciados mas complementares. O primeiro encontra-se nas retaguardas necessárias à garantia de desenvolvimento do programa. O segundo, na ação educativa pontual junto à criança e ao adolescente.

Definiu também, no início do programa, as atribuições dos educadores de rua de Casa Aberta, assim como as estratégias de ação mais adequadas para a efetividade de seu trabalho.

1. observar a dinâmica da rua

Inicialmente, os educadores da Secretaria do Menor levantam informações sobre os meninos que estão em situação de rua na região onde se instala a Casa Aberta.

A observação da dinâmica da rua permite a familiarização dos educadores com o ambiente, e vice-versa. Aos poucos, os educadores vão percebendo que há momentos mais apropriados para se aproximarem das crianças. Dependendo da atividade em que estas estão empenhadas a aproximação será mais positiva, como acontece, por exemplo, em momentos em que elas estão brincando, ou estão ocupadas em outra atividade.

Os educadores de Casa Aberta, ao longo das observações, percebem que nos momentos em que as crianças se preparam para obter comida ou na distribuição desta, elas nem sempre estão disponíveis para estar com o educador. Entre aquelas que cheiram cola, o momento de obtenção e de distribuição desse produto, também não é oportuno para intervir.

Outro aspecto fundamental dessa etapa de observação é detectar a presença do adulto, ou líder, que controla as atividades das crianças e dos jovens.

observação

É a primeira etapa do processo de aproximação entre o educador e a criança ou o adolescente em situação de rua. Objetiva dar ao profissional a oportunidade de familiarizar-se com o ambiente e desenvolver a percepção necessária para: identificar os momentos oportunos para intervir; captar os conteúdos das relações que as crianças estabelecem no espaço dinâmico que ocupam; fazer-se reconhecer por elas, como mais um personagem no cenário da rua, que se distingue dos outros pela qualidade da intervenção.

Era o início do trabalho de uma Casa Aberta. Os educadores observavam a dinâmica dos meninos e meninas em uma praça onde habitualmente estes se reuniam. Munidos de sacolas, com jogos e materiais pedagógicos, os educadores de rua aguardavam um momento oportuno para se aproximarem. Quem se aproximou foram os garotos que, percebendo a presença dos educadores, foram até lá pedir dinheiro. Foi um momento oportuno para começar uma conversa informal, tiraram a bola da sacola e começaram a brincar todos juntos. No mesmo instante mais três garotos se aproximaram, dois se engajaram na brincadeira com a bola e o terceiro foi conversar com um educador, e terminou jogando dama com este.

Foi assim que cada um ficou sabendo o nome do outro e aproveitaram para marcar um novo encontro para o dia seguinte.

2. levantar os recursos do bairro e sensibilizar a comunidade

Foi visto que o educador precisa se preparar para atuar em meio aberto. Da mesma forma, considera-se que a rua também deva ter uma preparação.

Para que o trabalho transcorra de forma tranqüila, é muito importante que sejam realizados contatos com as principais instituições, com a comunidade local e demais personagens que façam parte do cotidiano dos meninos e meninas, tais como jornaleiros, comerciantes, policiais, donos de pontos, prostitutas, profissionais da área social etc.

Os contatos com moradores, comerciantes, com a comunidade em geral, possibilitam também o conhecimento e o reconhecimento do trabalho dos educadores e das propostas gerais da Secretaria do Menor. Este reconhecimento se manifestou nas diferentes formas de colaboração: gestos de estímulo, participação na organização de festas, passeios, torneios esportivos, na solicitação de serviços da Casa e no interesse em conhecer outros programas da Secretaria do Menor. Na avaliação dos educadores de rua, este foi um trabalho corpo-a-corpo, de explicação sistemática e didática dos objetivos da política de atendimento a meninos e meninas em situação de rua. Na raiz desta atuação esteve sempre presente a proposta de provocar mudanças de mentalidade, uma das metas centrais desta Secretaria.

Não foram poucas, porém, as situações de explícita resistência em aceitar este novo modelo de atendimento. Algumas críticas ou reações da comunidade ocorreram por conta do preconceito face a alterações provocadas, na redondeza, pelo próprio funcionamento da Casa: por exemplo, meninos e meninas identificados como crianças de rua, coexistindo no mesmo espaço urbano que os moradores locais.

Os contatos mantidos com os órgãos públicos ocorreram principalmente entre os técnicos. Algumas áreas exigiram intervenção especial da Secretária, como por exemplo, a área da Segurança Pública, onde houve necessidade de pontuar os limites de atuação dos profissionais de ambas as Pastas.

No geral, contudo, os educadores de rua detectaram boa receptividade dos funcionários, fruto do trabalho de sensibilização cotidiana efetuado junto a profissionais desabituaados a lidar com crianças e jovens em situação de rua, segundo uma perspectiva não-repressiva e não-assistencialista.

educadores de rua/atribuições

1. Observar a dinâmica da rua; descobrir e observar locais e horários de aglomeração de meninos em situação de rua, objetivando levantar seu fluxo na região;
2. levantar os recursos do bairro; sensibilizar a comunidade; contatar as delegacias de polícia, em caso de necessidade, através do SOS-Criança;
3. aproximar-se das meninas e dos meninos e estabelecer uma relação de troca, desenvolver atividades educativas e de lazer, em espaço fixo ou itinerante;
4. incentivar as crianças a recuperarem suas histórias de vida, ouvi-las com atenção, respeitando-lhes o código de ética e o direito de ir, vir e estar;
5. discutir com as crianças e os jovens as regras de funcionamento da Casa Aberta; acompanhá-los em atividades como banho e lavagem de roupa; intermediar conflitos onde estejam envolvidos;
6. providenciar encaminhamentos específicos com orientação e acompanhamento, para:
 - 6.1 família: trabalho junto às famílias ou responsáveis para que o espaço de casa seja receptivo ao retorno das crianças e dos jovens;

coordenador de casa/atribuições

1. Coordenar o planejamento semanal dos educadores;
2. acompanhar o trabalho e o funcionamento geral da Casa;
3. participar das atividades em campo, quando necessário;
4. discutir e tomar decisões sobre encaminhamentos;
5. coordenar reuniões regulares com os funcionários da Casa;
6. responsabilizar-se pela documentação, relatórios e fi-

supervisão técnica/atribuições

1. Prestar acompanhamento avaliativo e apoio técnico às unidades, através de reuniões quinzenais com cada coordenador de Casa e de reuniões mensais com a equipe de educadores;
2. analisar os planejamentos semanais da Casa, os objetivos propostos e os resultados obtidos;
3. sistematizar textos a partir dos relatórios periódicos das Casas;

chefia de equipe/atribuições

1. Estudar, avaliar e acompanhar junto às equipes, interna e externa, questões de interesse comum à política da Secretaria do Menor e do programa Casa Aberta;
2. viabilizar, junto ao programa e equipamentos, as diretrizes enviadas pela Secretaria;
3. coordenar as atividades dos recursos humanos do programa;

6.2 programas da Secretaria do Menor que sejam referenciais para:

- trabalho: encaminhar maiores de quatorze anos para o Programa de Iniciação ao Trabalho ou Balcão de Emprego da Secretaria;
- moradia: quando o retorno à família for inviável;
- espaços de convivências e lazer;

6.3 trabalho: orientar para trabalhos que ofereçam menor risco e, se possível, intervir junto a esferas competentes;

6.4 órgãos públicos federais, estaduais e municipais: documentação, serviços de saúde, escolas, promoção social, judiciário etc.

7. participar de encontros, seminários e reciclagens.
8. documentar o trabalho através de relatórios periódicos.

Todas essas funções são desenvolvidas com vistas a despertar, nas crianças e nos adolescentes, formas de organização interna que os conduzam a se situarem como cidadãos.

chas bem como pelos gastos administrativos referentes a materiais;

7. estabelecer contatos com os demais programas da Secretaria do Menor;
8. centralizar as informações da Casa e transmiti-las para a equipe interna;
9. responder pelas emergências fora do horário de trabalho.

4. articular recursos internos e externos que propiciem atualização quanto a temas específicos;

5. diagnosticar demandas e organizar discussões temáticas sobre as mesmas;

6. criar condições para que a prática dos coordenadores e dos educadores alimente um processo contínuo de aprimoramento do programa.

4. coordenar e controlar o funcionamento e a manutenção dos equipamentos;

5. coordenar estudos especiais sobre sexualidade, drogas, violência, família etc;

6. coordenar equipes de trabalho, dentro e fora do âmbito da Secretaria do Menor, observando os limites de representação e de responsabilidade.





F100



3. aproximar-se dos meninos e das meninas e estabelecer uma relação de troca

A rua é o ponto de contato dos educadores com os meninos e as meninas. É onde começa a aproximação que possibilita às crianças e jovens conhecer os educadores da Secretaria do Menor.

Estes não trabalham sozinhos na rua. Ao contrário, são reconhecidos pelas crianças enquanto equipe. Isso reforça a identidade do grupo de educadores na medida em que a proposta é agir segundo posturas similares.

A tônica da estratégica de aproximação é agir de maneira diferenciada das atuações registradas na história do atendimento a esta parcela da população por outros órgãos e instituições. Esta aproximação configura-se como um dos momentos de realização dos princípios norteadores desta Secretaria, ou seja, a não-repressão, o não-confinamento, e o respeito ao direito de ir, vir e estar.

Outro aspecto que diferencia a atuação dos educadores da Secretaria do Menor em relação as demais pessoas ou instituições que compõem o cotidiano dos meninos e meninas em situação de rua é apontar para outras possibilidades de relacionamento. É a criação de condições para uma relação na qual crianças e adolescentes vislumbrem outras possibilidades de relacionamentos interpessoais, de resolução de problemas e conflitos, outras perspectivas de vida que acarretem menos riscos.

Trata-se de uma relação interativa, na qual crianças e jovens têm vez e participam da escolha de seu projeto de vida. Uma relação que pressupõe a transparência e que pauta os limites do trabalho.

Nos primeiros contatos eles podem buscar no educador as figuras do pai, da mãe, do tio, de alguém que corresponda às suas expectativas e demandas concretas. Todavia, cabe ao profissional ajustar a relação, evitando transmitir uma imagem "toda poderosa".

É importante que se estabeleça uma relação que os coloque frente a frente, exigindo de ambos uma relação de troca que incorpore transformações. Uma relação que marque os limites da atuação do educador e signifique de fato uma proposta diferenciada, tanto na visão que se tem da população atendida quanto nas estratégias de ação. Há ainda outras atitudes a observar, como respeito às crianças, tolerância, não convivência, reforço aos momentos ou situações significativas e indicativas de mudança, estar disponível para brincar, compartilhar as fantasias e estar atento para captar momentos marcantes da realidade da criança como, por exemplo, a morte ou prisão de um companheiro.

O educador de rua desempenha um papel que tem uma carga afetiva muito grande. Foi comum ocorrer uma relativa confusão de papéis, resvalando para uma postura paternalista, onde aquele se sentia responsável por responder a todas as reivindicações da criança ou do jovem. A dificuldade em identificar a ação possível dentro dos limites das retaguardas previstas pelo Estado, criava nos educadores uma postura de solicitar à Secretaria providências que respondessem a todas as necessidades da população do programa Casa Aberta.

A natureza do vínculo que se estabelece na relação do educador de rua com a criança ou o jovem esteve pouco clara durante a maior parte do processo. Houve momentos em que o vínculo foi baseado mais na sedução e no afeto e menos mediado pela proposta do trabalho. Alguns aspectos do vínculo que se estabelece nestas relações foram elucidados pela supervisão psicodramática implantada pela Secretaria do Menor em outubro de 1987 (*).

Os educadores trabalham nas ruas, de preferência em duplas integradas, quando possível, por um homem e uma mulher. A Secretaria do Menor recomenda que evitem interferir no trabalho de outros agentes do Estado, tais como os ligados à Segurança Pública. Quando necessário acionam diretamente o SOS-Criança ou a Coordenação da Casa Aberta. A Secretaria orienta também para que os educadores não entrem nos mocós.

(*) A supervisão com psicodrama pedagógico foi instituída pela Secretaria do Menor como prática sistemática de reciclagem dos educadores, contribuindo para a definição de seu papel profissional. Ocorre em caráter permanente nos moldes descritos na pág 62.

relação de troca

A convivência com o educador traz para as crianças uma relação de tipo novo. A existência de um código de ética, respeitado e referendado na rua, não é pré-requisito para um compromisso automático da criança ou do jovem com novas regras de um novo jogo. A possibilidade deste compromisso se estabelece na interação, numa relação que pressupõe um papel ativo do educador, de intervenção, de instrumentalização do outro, de proposição de novos referenciais. O importante é não tomar a criança como destino, nem a Casa Aberta como lugar de recuperação, mas investir na temporalidade da relação sem se sentir onipotente privilegiando, sobretudo, o momento desfrutado conjuntamente pelo educador e pela criança.

O vínculo que se estabelece numa relação desta natureza pode representar, para a criança, o desencadeamento de uma ação mais consciente em direção a seus direitos enquanto cidadão. Esta possibilidade nasce através do vínculo, que viabiliza também a reconstrução de suas histórias de vida.

que
cor-
pa-
ntia
ões
icar
pre-
pos-
on-
do

re-
vem
ces-
ado
pela
que
pela
eta-

ên-
um
co-
ros
an-
en-
ber-
ica-

pela
gem
apel
des-

r-
ti-
é-
a
s-
a-
lo
r-
e
r-
o-
r-
e

a
a-
a-
s-
s-



4. incentivar as crianças e os jovens a recuperarem suas histórias de vida

Cabe lembrar aqui que apresentaremos as demais atribuições dos educadores das Casas Abertas de forma seqüencial, embora na prática elas se interliguem e se combinem conforme a apresentação das demandas. Por exemplo, não existe um único momento, mágico, especial, no qual a criança relate sua história de vida. O incentivo para que meninos e meninas em situação de rua recuperem suas histórias é uma preocupação permanente e ocorre nos mais diferentes momentos e situações, sejam ou não resultantes de ações programadas pelos educadores. Resgatar a história de vida é resgatar a própria identidade, a auto-estima, a cidadania. Cada momento é como o fio que tece a trama de nossa história pessoal e social.

A maioria das crianças e jovens em situação de rua está vinculada a alguma atividade, executa alguma tarefa. Um aspecto do trabalho do educador é harmonizar suas propostas com a pequena disponibilidade de tempo que essa população tem. Interromper a atividade para estar com o educador, em situação de recreação ou não, torna-se difícil para a criança. Às vezes é quase impossível, frente à necessidade premente de conseguir a cada dia sua sobrevivência e, muitas vezes, a da família.

Nem sempre o adulto que acompanha a criança permite que ela compartilhe esses momentos com o educador. O adulto espera da criança ou do jovem participação integral na atividade, controla sua presença e até impede, algumas vezes, o contato com o educador. Esta situação gera sentimentos de impotência no profissional, indicando claramente os limites de sua ação: uma ação que se dá aproveitando os intervalos de tempo disponíveis.

5. discutir as regras de funcionamento da casa

Na concepção da Secretaria do Menor, a Casa Aberta não pretende ser um espaço substituto à rua, mas uma referência a mais, um outro espaço de convivência para as crianças e os adolescentes. É um espaço menos sujeito às interferências da rua, onde podem ser vivenciadas novas formas de relacionamento e de socialização.

A entrada das crianças na Casa Aberta se dá após discussão prévia sobre algumas regras de funcionamento, tais como: proibição de permanecer na Casa na ausência de educadores, de dormir na casa, de levar para dentro da Casa drogas, produtos de furtos etc. Outras regras incluem o não oferecimento de refeição e a preservação da Casa como um patrimônio que deverá ser conservado para oferecer boas condições de utilização. A capacidade de atendimento prevista em cada Casa Aberta é de trinta crianças. Esse é um dado aproximado que inclui a rotatividade. Se houver superpopulação de crianças em uma determinada Casa, isso é um indicador de que deverá ser aberta uma outra Casa ou outro tipo de atendimento no bairro.

Dentro da Casa, que funciona nos dias úteis das 8:00 às 22:00 horas, exige-se a permanência de pelo menos um educador de rua, caso os demais estejam trabalhando fora, e do zelador que permanece também durante as noites e finais de semana para, em casos de emergência, acionar a Coordenação da Casa.

Na Casa também é vedada a entrada de policiais e da imprensa sem autorização da Secretaria. Informa-se a comunidade para que as crianças sejam encaminhadas aos educadores na rua e não diretamente à Casa.

Os educadores da Casa Aberta Cerqueira César conheceram um menino de doze anos que dizia ser órfão de mãe e desconhecer o pai. Segundo ele, a mãe e o irmão de três anos morreram quando o botijão de gás explodiu na cozinha, só escapando ele e a irmã, que estavam na rua. A partir deste acidente suas vidas tomaram outro rumo: ela foi trabalhar de doméstica e ele foi morar, primeiro com a vizinha, depois na rua.

Ele começou a freqüentar a Casa Aberta, e os educadores perceberam que ele se diferenciava dos demais no comportamento, no vocabulário e nos hábitos de higiene. Sabia ler e escrever e apresentava uma certa fragilidade para enfrentar a vida na rua. Era estigmatizado pelas outras crianças como o "burguês", termo que usam com freqüência com sentido pejorativo, e tinha dificuldades em integrar-se ao grupo.

Sempre que os educadores falavam de escola, o menino demonstrava interesse em continuar os estudos, mas relutava em fornecer o endereço da escola que freqüentara antes da morte da família. Porém, um dia ele falou onde a escola ficava e os educadores foram até lá.

Conversando com a diretora os educadores conheceram outra versão da mesma história: souberam que ele tinha mãe, irmãos, padrasto, avós, tios e que sua irmã, a que tinha "escapado do acidente", freqüentava aquela escola. Os professores contaram que aquela não era a sua primeira fuga, pois várias vezes ele refugiara-se na escola, aparecendo com hematomas no corpo. Nessas ocasiões, dizia que tinha brigado na rua, mas na verdade os pais o espancavam.

Os educadores decidiram visitar a família para compreender melhor a situação. Quando chegaram lá, encontraram uma família de classe média, residindo em um condomínio fechado. Depois de muitas visitas e muita orientação e apoio à família, o menino percebeu que a situação estava mudando e que era possível voltar para casa.

regras

A Casa Aberta é um ambiente menos sujeito às interferências da rua onde a criança e o adolescente podem vivenciar novas formas de relacionamento e de socialização. Nela o estatuto é outro. Incluem-se a aquisição de algumas responsabilidades, na maioria das vezes já visando algum encaminhamento; vivência de limites, com relação contratual mais definida, como, por exemplo, cumprimento de horários; e ainda um exercício de discussão sobre outras regras, tendo em vista os parâmetros e fundamentos do programa, estabelecidos pela Secretaria do Menor.

6. providenciar encaminhamentos específicos

A partir do momento em que se estabelece uma relação interativa entre os educadores, as crianças e os jovens, torna-se possível programar de forma adequada os encaminhamentos que se mostrarem necessários e viáveis, tais como à família, aos serviços públicos de saúde, à obtenção de documentação, à escola e ainda a outros programas da Secretaria do Menor que constituam retaguardas para a viabilização do programa Casa Aberta.

Para que os encaminhamentos se concretizem, os educadores de Casa Aberta levam em conta as necessidades da criança e do jovem, o momento oportuno, sua predisposição. Embora estes encaminhamentos algumas vezes derivem de situações emergenciais, não criadas pelo educador, a maioria deles é consequência de um trabalho sistemático, pedagógico, centrado no lúdico e, nestes casos, emergem como ato pedagógico.

Enquanto o educador trabalha com a criança na rua, as dificuldades são menores; elas aumentam quando a criança começa a sair do espaço da rua e a conviver em situações inusitadas, em espaços diferenciados. Há situações onde não ocorre a adaptação, outras em que a convivência é temporária. Mesmo que temporária, a interação com uma instituição formal representa um ganho, um acréscimo na vida da criança ou do jovem. A mensuração desses ganhos não transparece muitas vezes, em forma de produto final.

atividades

As atividades propostas pelos educadores têm como pano de fundo a concepção integral do cidadão em termos da sua individualidade e da sua sociabilidade. A operacionalização inclui aspectos relacionados às manifestações de expressão, elementos cognitivos e desenvolvimento da afetividade. Ao educador cabe garantir o espaço de manifestação, intervir, pontuar os aspectos relevantes, abrindo a possibilidade de ampliação do repertório individual ou grupal.

6.1 família

Durante toda a experiência de Casa Aberta, a intervenção junto à família foi justificada tendo em vista os seguintes aspectos: sensibilização para receber e manter a criança ou o adolescente no grupo familiar; incentivo ao estreitamento dos vínculos; diagnóstico para conhecimento real da condição econômica, social e emocional da família bem como de sua dinâmica, visando compreender a presença da criança e do jovem nas ruas; resgate da sua história de vida para que o educador possa compreender melhor seus anseios e expectativas; auxílio e esclarecimentos aos pais quanto aos procedimentos relativos a documentação, escola, visita à FEBEM quando o filho está internado, Juizado de Menores, postos de saúde, trabalho.

No decorrer do processo o educador de rua identificou e trabalhou com três variáveis: as características das crianças e de suas famílias; impacto e percepções do próprio educador; o seu papel, suas estratégias, limites e necessidades. O tipo de intervenção variou de Casa para Casa, mas algumas impressões e constatações foram comuns na maioria delas, tais como a necessidade de se compreender a família dentro de um contexto sócio-econômico-cultural mais amplo; crianças e jovens com diferentes tipos de relacionamento familiar; vínculo mais forte com a mãe; qualidade do vínculo entre crianças e família não determinada apenas pela situação de miséria.

Na Casa Aberta do Terminal Jabaquara havia um menino que queria sair da rua, falava sempre da mãe, mas recusava-se a dizer onde ela morava. Demorou muito para falar o nome dela e o local onde trabalhava.

Quando foram visitar a mãe, os educadores souberam que ele saiu de casa depois de uma briga entre ela e seu companheiro. Na briga, este foi atingido pelo menino com uma paulada na cabeça e, furioso, internou-o na FEBEM, ameaçando abandonar a mãe se ele voltasse para casa. A última notícia que ela teve foi que o filho fugira da FEBEM e estava vivendo na rua.

Para os educadores ficou claro que, para a mãe, tratava-se de optar entre o companheiro ou o filho. Naquele momento, apesar do carinho pelo filho, ela preferia ficar com o companheiro, por causa de sua contribuição no orçamento familiar: além de gostar dele, havia quatro filhos para criar!

Os educadores avaliaram que o retorno do menino para a família era muito difícil: o menino recusava-se a voltar para casa e conviver com o companheiro da mãe; este também não aceitava a volta do garoto. A melhor saída foi encaminhá-lo para a Casa Moradia e para o Programa de Iniciação ao Trabalho e incentivar o restabelecimento do vínculo entre mãe e filho.

Os nomes são fictícios mas a história é verdadeira. Alexandre nasceu em 1978 em Nova Cruz, RN. Primeiro filho do Sr. Bernardo e de Dona Augusta, aos dois anos de idade foi viver com o avô paterno, porque seus pais haviam se separado e sua mãe havia ido morar no Rio de Janeiro. O menino foi criado pelo avô até a morte desse, no início de 1987, quando então foi trazido para São Paulo para morar com os pais. Segundo o depoimento de Dona Augusta, depois de um tempo de separação, ela e o marido reataram o casamento e vieram juntos tentar a vida em São Paulo. Aqui o casal teve mais quatro filhos.

Os três filhos menores passam o dia na creche, sendo que um deles já começa a querer fugir da casa. Dona Augusta trabalha como faxineira todos os dias da semana e Sr. Bernardo trabalha numa firma de materiais de construção. O casal aparentemente não tem problemas de relacionamento e são pessoas trabalhadoras.

A vida em São Paulo foi sempre muito difícil para eles: trabalho intenso e mal remunerado, moradia precária, num barraco de um cômodo.

Durante os sete anos em que ficou morando com o avô, Alexandre não teve mais nenhum contato com os pais. Estes mandavam um pouco de dinheiro na ocasião do Natal, mas nunca tiveram condições de ir visitá-lo. Oscilavam em trazer o filho de volta ou economizar dinheiro para voltar a morar em Nova Cruz.

Alexandre chegou em São Paulo a 11 de fevereiro de 1987. Quatro meses depois começaram suas fugas.

1ª fuga - O menino vai parar no Juizado de Menores de Santo André e passa dez dias na Casa da Assistente Social de lá. Retorna à família onde permanece durante uns quinze dias.

2ª fuga - 1ª entrada na FEBEM. É devolvido à família e aí fica por mais de um mês.

3ª fuga - 2ª entrada na FEBEM. É devolvido à família e foge uma semana depois.

4ª fuga - 3ª entrada na FEBEM. É encaminhado para a Unidade de Jabaquara onde fica quinze dias. A família o desinterna e ele passa mais ou menos um mês em casa, foge e a partir daí passa a freqüentar a Casa Aberta.

Alexandre chegou à Casa Aberta no início do mês de agosto em companhia de outro garoto, o Marcos. Foram trazidos por uma senhora, Dona Ana, que os havia encontrado na rua. Durante mais ou menos uma semana os dois meninos passaram a freqüentar a Casa Aberta de dia, e à noite, dormiam na casa dessa senhora.

Durante o período em que freqüentou a Casa Aberta Alexandre desapareceu por duas vezes sem dar notícias.

Da primeira vez ausentou-se por mais ou menos duas semanas e foi trazido de volta novamente por Dona Ana. Não passou muito tempo e ele desapareceu de novo. Fomos descobrir depois que ele estava morando com uma família que tinha duas filhas pequenas que guardavam carros na região dos Jardins. Alexandre morou com essa família até fins de novembro quando retornou à Casa Aberta, justificando que não estava mais disposto a trabalhar para eles.

Nesta época, Alexandre começou a falar na volta para o Rio Grande do Norte. Nossa estratégia foi trabalhar a vontade manifestada pelo menino, conversando sobre a sua cidade natal, fazendo perguntas sobre os familiares, deixando o assunto se esgotar durante quase dois meses. Isto nos permitiu ter mais certeza da vontade e da prontidão do menino.

Sendo assim retomamos contatos com a família. Através das visitas pudemos confirmar a falta de empenho dos pais em conquistar o menino, não havia nenhum vínculo afetivo entre eles.

Apresentamos a proposta de viagem. A princípio, pai e mãe tiveram posturas diferentes: a mãe concordava mas não podia acompanhar o filho, pois estava trabalhando; o pai inicialmente discordou, era difícil para ele admitir não ter sido capaz de criar o filho. Ele expressou seu temor pelo que os vizinhos e familiares de Nova Cruz pudessem falar dele. Essa preocupação era mais forte do que a necessidade de encaminhar o filho.

Diante dessa resistência argumentamos sobre a necessidade de resolver a situação do menino, da vontade expressa por ele, e diante dos fatos apresentados o pai resolver ceder, com a condição de que ele fosse levado por uma educadora.

Verificamos o endereço do avô, fizemos contatos com o delegado do lugarejo de Pedro Velho, pois o avô do menino morava num sítio, no vilarejo de Cuité, em Pedro Velho - Natal - RN.

Durante cinco meses o trabalho foi intenso, Alexandre não acreditava mais na sua ida, ficou doente, com pneumonia. A educadora sempre procurando motivá-lo, para diminuir a ansiedade da espera. Durante esse tempo, ele ficou dormindo no Projeto Criança de Rua - PCR, mas às vezes falava que ia desistir e voltar para a rua.

Finalmente no dia 14 de dezembro de 1988 foram marcadas as passagens. Embarcamos pela VASP, rumo a Natal. Alexandre estava radiante, pedia a todo momento para eu tirar fotografias das nuvens, e perguntou várias vezes onde estava Deus, já que estávamos bem perto do céu.

Foi ver de perto a cabine do comandante, e disse que um dia iria voar novamente.

Chegando em Natal às 13 horas, almoçamos e às 14 horas fomos rumo ao sertão, o lugarejo de Pedro Velho, onde passaríamos a noite. Quando chegamos a Pedro Velho, ficamos sabendo que o avô se encontrava naquela cidade. Perguntei se Alexandre queria vê-lo ainda essa noite e ele:

— Eu queria muito, mas sei que a senhora está muito cansada, vamos amanhã.

Porém, acabamos indo até lá, na mesma noite. O avô estava sentado na sala, conversou um pouco. Alexandre ficou do lado de fora, tinha medo de entrar. Seu avô o chamou, os dois se abraçaram, o avô chorou muito, acompanhado pelos outros familiares e vizinhos. Foi uma grande festa. Ficamos algumas horas por lá, mas Alexandre não quis passar essa noite com o avô, não queria me deixar sozinha na pensão.

Voltamos para a pensão, mas ele prometeu que no dia seguinte ficaria definitivamente com o avô. Nessa noite ele teve pesadelos, gritava, chorava e sonhava que tinha alguém arrombando a porta, e que a educadora iria embora.

No dia seguinte, fomos comprar remédios para o avô e tirar um novo registro de nascimento de Alexandre, no Cartório de Pedro Velho. Depois fomos conhecer Cuité, onde fica o sítio do avô. O delegado da cidade nos levou de carro, pois ficou a nossa disposição o tempo todo. Fomos também fazer a matrícula na escola, conhecemos sua futura professora. Alexandre foi matriculado na primeira série, parecia muito feliz.

Em Cuité visitamos alguns parentes seus, conversamos muito da importância de todos ajudarem na educação do menino.

Alexandre começou a dormir com o avô mas às 6 horas da manhã ia me buscar na pensão para mostrar a cidade e os parentes que ele reencontrou. Comecei a conversar com ele a respeito da minha volta para São Paulo.

No dia 18 de dezembro de 1988 fomos a uma feira comprar um carrinho de lata para ele. Alexandre não quis ficar para ver o ônibus sair, dizendo que quando ele fosse se casar ia mandar o convite de casamento e me convidar para ser a madrinha, além de uma passagem de avião.

A última cena que guardo até hoje, é ele voltando para a casa do avô, puxando o seu carrinho de lata, dizendo que sentiria saudades, que não esqueceria nunca mais disso tudo.

Relato de Luzimara da Conceição Nogueira,
educadora de rua



A compreensão de que o trabalho com a família deveria ser visto dentro de um contexto macroestrutural não foi elemento suficiente para baixar as expectativas dos educadores ou limitar a intervenção. Os pontos conflitantes resultaram dos ideais familiares anteriormente introjetados pelos próprios educadores. Notou-se uma heterogeneidade de concepções cuja articulação em níveis concretos foi e tem sido uma dificuldade. Neste sentido, as situações apontadas pelos educadores como mais difíceis para se trabalhar referem-se a: famílias que fazem das crianças os provedores do seu sustento; que não correspondem quando estimuladas pelo educador a mudarem a dinâmica do grupo; e mães que ficam com o companheiro em detrimento dos filhos.

Embora no plano ideal o grande objetivo seja o de restabelecer o vínculo entre a criança e a família, na prática isso nem sempre tem sido possível, diante dos casos concretos. O retorno ao lar deve significar, de preferência, o restabelecimento do referencial afetivo para os meninos e meninas e não um simples regresso, aliás, nem sempre definitivo. Questiona-se, portanto, a validade de estimular o reatamento dos laços familiares quando a criança, no momento, está optando pelo isolamento. Importante é entender a sua posição, respeitá-la, refletir sobre cada caso específico, avaliando riscos e buscando as soluções que parecerem mais adequadas.

Algumas estratégias adotadas pelos educadores da Secretaria do Menor no tratamento das questões familiares mostraram-se adequadas e geraram atitudes positivas. Por exemplo, o aumento do interesse dos pais pelos filhos, sensibilização da família sobre encaminhamentos e melhores condições para acio-

nar os recursos da comunidade. Outras foram deflagraadoras de situações que confundiram o papel do educador e subverteram a proposta inicial, que prioriza os interesses da criança. Assim, o educador foi alvo de hostilidades da família ao interferir na dinâmica familiar, ou envolveu-se em ocorrências embaraçosas quando solicitado por parentes ou vizinhos como confidente. Algumas vezes, a intervenção gerou também efeitos inesperados, como o descomprometimento dos pais com a questão dos filhos, ou até mesmo a tentativa de transferir para o educador a responsabilidade pela sua guarda ao longo do processo de encaminhamento.

Dentro da amplitude das questões familiares, os educadores foram trilhando caminhos em busca de melhores resultados por meio de diferentes tipos de iniciativa, importantes de serem analisadas. No plano ideológico, para evitar paternalismos, alguns profissionais utilizaram como estratégia a formação de grupos de reflexão com os pais, só com as mães, com os adolescentes, entendendo que o trabalho do educador junto à família deveria ser comunitário. Tanto que, a esse respeito, foram feitas algumas afirmações, tais como "ao se trabalhar com a criança esbarra-se na família e, conseqüentemente, na comunidade"; "o trabalho do educador junto à família deve ser comunitário, para que seus membros se percebam, e passem também a atuar, como agentes transformadores da realidade social". Nessa perspectiva, a contradição emergiu para o educador: a realidade demanda uma ação política junto à comunidade que não se configura como atribuição do educador, nesta Secretaria de Estado.

postura do educador

Embora seja difícil uma postura de neutralidade, ao educador de rua da Secretaria do Menor cabe manter uma atitude de respeito e compreensão de cada tipo de dinâmica familiar, evitando julgá-la. O compromisso fundamental e primeiro do programa Casa Aberta está voltado para a criança em situação de rua, o que não significa que se deva subestimar a importância da instituição familiar na vida dessa criança.

É importante que o educador esteja ciente de que a volta da criança para a família nem sempre é definitiva. Deve respeitar a sua vontade, e analisar caso por caso para tentar encontrar a solução mais apropriada às suas especificidades. A volta ao lar só será significativa se representar o resgate do referencial afetivo da criança e do jovem.

É também muito importante estar atento aos riscos oferecidos pela interferência de um agente externo, no caso o educador, na dinâmica familiar. Tal atitude poderá comprometer os objetivos do trabalho na medida em que a questão familiar pertence a um contexto sócio-econômico-cultural mais amplo. A Secretaria do Menor recomenda que o trabalho do educador se restrinja à família apenas enquanto componente e pano de fundo da vida da criança.

Quanto à comunidade, cabe ao educador tão somente identificar e informar sobre os canais concretos de participação, sem contudo agir como seu articulador, mesmo porque esses papéis não podem ser confundidos. A comunidade, historicamente, tem o papel de reivindicar aquilo que o Estado deve ou deveria fazer. A conquista dos direitos faz parte da construção da cidadania popular e portanto não há nenhum interesse para a comunidade em se confundir com o Estado. O profissional precisa situar-se nessa relação, perceber-se enquanto instrumentalizador de iniciativas e nunca promotor, executor ou substituto das ações dos cidadãos.

Também é fundamental, embora difícil, reconhecer o quanto há de ansiedade, de sentimentos ambíguos, de impotência/onipotência diante da realidade com a qual o educador se depara no cotidiano e, nesse sentido, ter o cuidado de não se equivocar na atuação. Por exemplo, reuniões com mães ou grupos afins: elas são importantes enquanto instrumental de apoio ao seu trabalho, visando o interesse da criança. Entretanto, podem extrapolar para a identificação de outras necessidades da população em geral, questões que certamente têm a sua circunscrição na comunidade e que ultrapassam os limites do programa Casa Aberta.

defla-
vel do
prio-
lor foi
dinâ-
mba-
inhos
o ge-
mpro-
u até
a res-
cesso

s, os
a de
s de
plá-
pro-
o de
com
edu-
tanto
ções,
a-se
"; "o
omu-
pas-
ores
radi-
nda
con-
reta-





6.2 prc

As
guarda
nascer,
Moóca
de ao ti
tam co
Trabalh

Casa M
sa Abe
tar ad
já este
miliar
apren
encan

Casa
tagua
dema
à fam
dar n
dias.
cami
situa
post
famil
sulta
no a

SOS
reto
tar e
bler
da p
põe
sob
Qu
vol



6.2 programas da secretaria do menor

As Casas Abertas contam com o apoio de retaguarda das Casas Moradia, da Casa da Criança Renascer, do SOS-Criança e do Clube da Turma da Moóca que viabilizam, completam e dão continuidade ao trabalho dos educadores de rua. Também contam com a retaguarda do Programa de Iniciação ao Trabalho, conforme descrito no capítulo seguinte.

Casa Moradia - enquanto retaguarda do programa Casa Aberta, a Casa Moradia tem como critério só aceitar adolescentes de quatorze a dezessete anos, que já estejam trabalhando e cujo resgate do vínculo familiar tornou-se difícil. Nas Casas Moradia os jovens aprendem a organizar e a administrar uma casa e são encaminhados para o ensino formal.

Casa da Criança Renascer - é um programa de retaguarda para crianças de sete a quatorze anos que demandam atendimento individualizado e extensivo à família. A Casa Renascer tem condições de hospedar meninos e meninas por um prazo médio de 180 dias. O objetivo é estimular, nas crianças para lá encaminhadas, a criação de referenciais alternativos a situações de violência ou de riscos às quais estão expostas, seja envolvimento com drogas, seja violência familiar etc. Os contatos entre os dois programas resultam em integração e divisão da responsabilidade no atendimento às crianças.

SOS-Criança - serviço de atendimento telefônico direto à população, que tem por objetivo atender, orientar e encaminhar, no prazo máximo de 48 horas, problemas de qualquer natureza, emergenciais ou não da população de zero a dezoito anos. Para tanto dispõe de um banco de dados que reúne informações sobre os serviços públicos ou particulares disponíveis. Quando os esclarecimentos ou encaminhamentos envolvem contatos com o Poder Judiciário ou com a Se-

cretaria da Segurança Pública, o programa Casa Aberta tem no SOS-Criança uma retaguarda adequada.

Casa Abrigo — Foram criadas sobretudo para atender à demanda do Poder Judiciário nos casos de necessidade de permanência provisória de crianças e jovens vitimizados pela violência dentro de casa e que precisam ser afastados do lar. A Casa Aberta vem se utilizando destes recursos nos casos previstos pelo estatuto da Casa Abrigo e também quando a necessidade se resume em uma permanência provisória.

Clube da Turma da Moóca — destinado a crianças e jovens em situação de rua, o Clube da Turma da Moóca oferece espaço de convivência e de atividades artísticas, esportivas, educacionais e de lazer, garantindo ainda alimentação e atendimento médico-odontológico. Enquanto retaguarda da Casa Aberta, principalmente a do centro, o Clube da Turma vem oferecendo atividades que objetivam estimular os adolescentes de quatorze a dezoito anos a ingressarem no mercado de trabalho. Para facilitar a integração entre os dois programas, é importante que o educador de rua acompanhe o desenvolvimento das crianças nas atividades do clube para melhor orientá-las caso voltem para as ruas.

A utilização dos programas da Secretaria, enquanto retaguarda da Casa Aberta, nem sempre fluiu de forma fácil. Em alguns momentos emergiram questões como: comunicação de informações insuficiente entre os programas, falta de clareza sobre o estatuto de cada um, ou ainda distanciamento dos pré-requisitos necessários aos encaminhamentos.

A definição da identidade de cada um dos programas, no transcorrer do processo de implantação desta Secretaria, foi fundamental para que as retaguardas pudessem ser acionadas de forma operante.

No largo Treze de Maio havia um grupo de meninos e meninas que freqüentavam a Casa Aberta. Depois de uma série de encontros, os educadores conseguiram encaminhar muitos deles para outros programas da Secretaria do Menor e para a família.

Duas meninas continuaram na rua. Recusavam-se a voltar para casa porque o padrasto insistia em ter relações sexuais com elas. Juntaram-se a uma nova turma e foram morar embaixo de uma ponte, perto do Largo do Socorro.

Certa noite, os rapazes deste grupo tentaram estuprá-las. Na tentativa de fugir, uma delas foi ferida por dois tiros, um raspou no braço, outro atingiu a cabeça. A irmã conseguiu levá-la até o hospital, com a ajuda de uma pessoa que passava pela rua naquele momento.

A família e os educadores demoraram para saber da história. Não foi fácil localizar o hospital, mais difícil ainda foi encontrá-la depois da alta médica.

Quando as duas irmãs foram localizadas, os educadores puderam constatar as conseqüências do estupro e do tiro: tristeza estampada no rosto, costas e pernas arranhadas e uma das mãos paralizada. Os educadores constataram ainda a impossibilidade delas retornarem para casa: eram filhas de um primeiro casamento e o padrasto não queria saber delas. Por algum tempo, uma delas continuou na rua. A outra foi levada para a Casa Renascer, onde poderia se recuperar emocionalmente e ter condições para fazer fisioterapia e recuperar o movimento da mão.

Depois de um tempo, ela foi embora da Casa Renascer. Recentemente os educadores tornaram a encontrá-la e ela contou que está casada e que já tem um filho.

Uma das dificuldades do trabalho na rua com as crianças está ligada ao adulto de rua que, para elas, representa a figura do pai ou da mãe.

Embora tendo a clareza de que esta relação entre o adulto e a criança seja uma relação de exploração, os educadores percebem que, para a criança, este adulto tem importância afetiva.

Quando estão na rua, numa situação fragilizada, as crianças enxergam esse adulto como um ídolo, alguém que as protege e as ajuda a se organizarem para sobreviver na rua. Não percebem, por exemplo, que na maioria das vezes é o adulto que depende delas, para ele próprio sobreviver. É a relação da troca que não está clara para as crianças.

Na praça da Sé, por exemplo, tem um adulto que além de organizar o roubo e a distribuição de droga, ao mesmo tempo constrói abrigo para as crianças, as encaminha para os postos de saúde e as esconde quando estão em situação de perigo.

O trabalho dos educadores de rua da Secretaria do Menor visa desmistificar para a criança esta relação de exploração. Visa mostrar-lhe a possibilidade de uma relação diferente, saudável.

O ciclo de seminários internos promovidos durante o segundo semestre de 1988 foi uma das respostas da Secretaria do Menor à demanda de comunicação mais sistemática entre as Casas e os demais programas. Os seminários procuraram aprofundar a relação entre uso das retaguardas do programa e ação educativa. Isto porque, não raro, os educadores associavam encaminhamento com assistencialismo, como se o assistencialismo fosse atributo da ação, isto é, estivesse colado a ela e não se constituísse em postura que pode, ou não, acompanhar uma atividade.

A pouca experiência para desempenhar esta nova função somada à ausência de instrumentos adequados para avaliação do trabalho e às exigências na consecução dos encaminhamentos, atributo de uma Secretaria de Estado, foram fatores que contribuíram para que os próprios educadores muitas vezes privilegiassem o resultado da ação em detrimento da riqueza do processo. Um processo que, conforme os princípios norteadores da Secretaria do Menor, privilegia estar com a criança, compartilhar o momento, aceitar a criança como ela é hoje, saber ouvir, saber como buscar junto com ela alternativas propiciadoras de mudanças em sua vida.

6.3 trabalho

Para jovens entre quatorze e dezessete anos, a Secretaria do Menor criou o Programa de Iniciação ao Trabalho — PIT, desenvolvido através dos Centros de Iniciação ao Trabalho — CITs, instalados nas empresas estatais, em decorrência do surgimento deste programa. Através dele, jovens oriundos de famílias de baixa renda, em situação de rua ou saídos da FEBEM, que buscam sustento próprio ou para suas famílias, passam a ter condições mínimas de trabalho pelo regime da CLT, recebem um salário mínimo por mês, além de alimentação e assistência médico-odontológica.

Freqüentando o ambiente de trabalho nas empresas estatais, ainda na condição de aprendizes assalariados, os jovens aprendem uma atividade profissional durante seis meses, além de desenvolverem práticas de sociabilização e, não raro, também alfabetização. Após esse período, serão ou não efetivados na própria empresa estatal onde se deu o aprendizado, ou encaminhados para o mercado privado de trabalho através do Balcão de Empregos mantido pela Secretaria do Menor. Em qualquer dos casos esta vivência contabilizará saldos positivos: poderá alterar significativamente suas visões sobre o mundo do trabalho, estimulando-lhes ainda a auto-estima e a autovalorização.

Nas atividades referentes ao tema trabalho, no cotidiano da Casa Aberta, os educadores se empenham em trabalhar a prontidão ou condições pessoais para o trabalho, ou seja, informações e atitudes necessárias para que os jovens assumam um novo compromisso.

Assim, noções de responsabilidade, de regras, percepção de papéis, relação com o outro, autocohecimento, posturas, informações sobre o universo do trabalho são introduzidas em diferentes situações. Como apoio técnico são utilizados jogos, dramatizações, vivências ou mesmo as relações entre os sujeitos. O importante nesse aspecto é a atenção do educador para o momento onde as noções úteis ao universo do trabalho possam ser compreendidas e assimiladas pelos jovens, independente da natureza da atividade que estejam realizando.

Para os educadores de rua do programa Casa Aberta, a necessidade de tratar a questão do trabalho dos jovens com menos de dezoito anos, em situação de rua, traz inúmeras indagações quanto ao real significado do trabalho para essa população. Consideram, entretanto, que a participação dos jovens nesse programa é de grande valia porque, além de prepará-los para o ingresso no mercado formal de trabalho, amplia seu universo de relações pessoais e ambientais.

"Ninguém vê que essas crianças estão morrendo de frio..." Esse foi o título de uma denúncia feita a um jornal da grande imprensa paulista por um cidadão preocupado com um menino, guardador de carros no largo do Arouche, que dormia sob as marquises mesmo com a chegada do inverno. A denúncia também foi feita ao SOS-Criança da Secretaria do Menor.

Os educadores de rua, atendendo a solicitação do denunciante, foram ao encontro do jovem para conhecer um pouco mais de sua história. Ficaram sabendo que ele trabalha para contribuir na alimentação e nas pequenas despesas da família.

Na rua, ficou conhecendo muita gente, as vendedoras das lojas lhe dão roupa, o guarda do banco lhe dá café com pão à noite e os motoristas de táxi lhe contam histórias.

Alegre e comunicativo, o menino contou que a vida na rua não era fácil, que o apelo dos "irmãos de rua" para roubo e assalto sempre acontecia. Porém, "como a situação em casa está ruça, o melhor é ficar por aqui..."

Com o consentimento do menino, os educadores de rua foram visitar a família e encontraram pai, mãe e oito irmãos dividindo três cômodos pequenos e um ambiente de conflitos entre o casal. Depois de algumas visitas familiares, o menino voltou a dormir em casa. Continuou guardando carros durante o dia, enquanto aguardava ser chamado pelo Programa de Iniciação ao Trabalho.

Na praça ~~Trabalho~~ ~~de~~ ~~Moema~~ ~~em~~ ~~Moema~~, havia um grupo de cinco garotos, na faixa de onze a quatorze anos. Quatro deles eram irmãos, todos dormiam no terraço de uma cantina e durante o dia guardavam carros.

Os educadores passaram a freqüentar a praça, levando ~~avulsos~~ ~~deles~~ como jogos, futebol, pintura, literatura. Um dos meninos demonstrava grande interesse em aprender a ler, solicitava leitura e ajuda do educador no aprendizado das primeiras letras, pedia livros emprestado, copiava textos etc.

Depois de alguns encontros, os educadores foram visitar a família dos quatro irmãos e constataram que os pais não tinham documentos e nem haviam registrado seus filhos. Orientaram sobre o que os pais deveriam fazer até que finalmente os quatro foram registrados. Desde então, os meninos sentiram-se mais integrados à família e passaram a dormir em casa. Continuaram, entretanto, a trabalhar durante o dia na praça, freqüentando a Casa Aberta em horários pré-estabelecidos.

Depois de um tempo as coisas mudaram. O menino interessado por livros aprendeu a ler e está freqüentando a escola. Os outros irmãos estão inscritos no Programa de Iniciação ao Trabalho, assim como o amigo deles. Todos os cinco continuam visitando a Casa Aberta para procurar atendimento de saúde e também para matar as saudades dos amigos e dos educadores.

Certa manhã, dois educadores da Casa Aberta Moema percorriam os arredores da Casa e encontraram um garoto de quinze anos deitado no meio da calçada. Quando perguntaram o que havia acontecido, o menino começou a chorar compulsivamente, colocou a cabeça no colo do educador e assim permaneceu por alguns minutos. Quando conseguiu se acalmar contou que havia fugido de casa há dois meses e desde então circulava pelas ruas, passando por diversos bairros. Nesta trajetória, ele encontrou grupos de garotos que também dormiam na rua e não conseguiu sair-se muito bem neste circuito. Muito ingênuo, algumas vezes foi roubado e até apanhou. Estava totalmente sozinho, apavorado, entocado num terreno onde, à noite, mal conseguia dormir de tanto medo.

Passou a freqüentar a Casa Aberta para tomar banho, lavar e guardar suas roupas e fazer atividades. Conforme foi adquirindo confiança nos educadores, foi contando que apanhava da mãe, do padrasto, e que no barraco não havia nem cama, nem um canto para ele.

Os educadores passaram a fazer as primeiras visitas a sua família e a mãe contou que não queria o menino de volta, a não ser que ele começasse a trabalhar. O garoto, por sua vez, queria voltar pois gostava dos irmãos. Queria também arrumar um trabalho para ficar em casa somente no período noturno.

Com a ajuda dos educadores, ele tirou os documentos e foi encaminhado para o Programa de Iniciação ao Trabalho.







na
faz
de

ce
so

ba
er

6.4

tes
to à
que
Do

em
e d
em
pos
sua

ça
co
im
da
o
ho
de

jo
ri
re
to
c
g
b
c



Os educadores da Casa Aberta Lapa encontraram um grupo de crianças da favela de Vila Dirce que mendigavam na região do mercado. Elas estavam com piolho e doenças de pele e os educadores começaram a fazer atividades de higiene e saúde na Casa Aberta. Logo de cara perceberam que as crianças desconheciam banho de chuveiro e descarga de vaso sanitário. Resolveram visitar as famílias para orientá-las em algumas noções básicas.

Na visita domiciliar constataram que as crianças moravam em uma favela que tinha um único poço de água no centro do terreno. Conversando com os moradores, incentivaram as famílias a procurarem os órgãos competentes para solucionar o problema.

Com este trabalho, no prazo de um mês, surgiram resultados: num passeio, as crianças apareceram todas de banho tomado. Além de passarem a utilizar a água do poço para o banho, as famílias se mobilizaram para contatar entidades e conseguir uma estrutura mais apropriada para os moradores da favela.

6.4 órgãos públicos federais, estaduais e municipais

As interfaces do programa Casa Aberta com estes órgãos ocorreram nas providências tomadas quanto à documentação, saúde, educação, alojamento, questões policiais e judiciais.

Documentação

O encaminhamento para documentação consiste em providenciar a retirada de carteira de identidade e de trabalho, fotografias, certidão de nascimento e, em alguns casos, título de eleitor. Tem por objetivo possibilitar a crianças e adolescentes a legalização de sua situação jurídica, o acesso à escola e ao trabalho.

Durante o processo de retirada da documentação os educadores da Secretaria do Menor propiciam condições para a reflexão sobre o significado e a importância da documentação no desenvolvimento da identidade e da cidadania, ressaltando também o compromisso e a responsabilidade no respeito a horários e solicitações burocráticas na retirada dos documentos.

Os educadores de rua orientam as crianças, os jovens, seus familiares ou responsáveis, para regularizarem a documentação recorrendo aos recursos da região. Estes recursos são de natureza variada: Postos de Saúde, Delegacia Regional e de Serviço Social, Cartório de Registro Civil, Delegacia de Investigação Civil, Seções Regionais do Ministério do Trabalho, FEBEM, Fundo de Solidariedade do Palácio do Governo.

Na avaliação dos educadores de rua, tirar os do-

mentos tem um significado especial para meninos e meninas em situação de rua, pois facilita o direito de exercer seu papel de cidadão.

Saúde

O objetivo do trabalho do educador de rua na área de saúde é orientar e refletir com crianças e famílias sobre a necessidade dos cuidados com a saúde, informar quais os recursos disponíveis, os tipos de atendimento e instrumentalizá-los para sua utilização.

As principais demandas referem-se a exames de rotina para carteira de saúde, vacinação, serviços de laboratório, consultas médicas na área de odontologia, dermatologia, ginecologia, pediatria, oftalmologia, fonoaudiologia, atendimento psicológico e emergencial.

Especial atenção tem sido dada à questão da sexualidade, tendo em vista a falta de informação das crianças e dos adolescentes, a vergonha de falar sobre suas dúvidas, o interesse que manifestam sobre o tema, a presença de adolescentes grávidas ou mães, a preocupação dos meninos e meninas com o problema da AIDS.

No geral, as retaguardas para saúde são os postos de atendimento médico, os pronto-socorros e os hospitais públicos, o Centro de Referência da AIDS, além de alguns serviços que funcionam junto ao Instituto Sedes Sapientiae, à Universidade de São Paulo e à Pontifícia Universidade Católica, inclusive para atendimento psicológico.

Os meninos eram sete. Guardavam carros e dormiam na rua. Tinham feridas no corpo e dores de barriga causadas por vermes. Um deles tinha uma bala cravada na altura do tornozelo.

Quando os educadores da Casa Aberta sugeriram uma visita ao posto de atendimento médico eles recusaram, dizendo que não gostavam dos médicos nem do pessoal do posto, que eram mal atendidos e que de nada adiantava ir até lá. Os educadores procuraram fazê-los entender que nem todos os médicos eram iguais e que, se quisessem, um médico os visitaria na praça para que pudessem conversar.

A visita aconteceu numa noite, com um profissional de saúde que conhecia os educadores e era amigo da médica que trabalhava no Posto. Os meninos, um a um, começaram a falar de seus problemas. No dia seguinte, foram com os educadores até o Posto para serem atendidos pela médica.

Os meninos gostaram, se sentiram bem atendidos. Desde então, vão diretamente ao Posto toda vez que necessitam de curativos e de atendimento.

Educação

A escola é vista pela Secretaria do Menor como um dos recursos sociais que devem ser resgatados pelas crianças. A proposta dos educadores de rua é criar condições que lhes propiciem o início ou a continuidade dos estudos. As referências são as escolas municipais e estaduais, supletivos, cursos profissionalizantes e outros de caráter cultural. Nesta tarefa, educadores, crianças e adolescentes se deparam com várias dificuldades, entre as quais a dificuldade das escolas em atender crianças de baixa renda, a deficiência do ensino, a insuficiência de vagas e o custo do material escolar.

Promoção Social

O programa Casa Aberta recorreu ao Projeto Criança de Rua-PCR, vinculado à Secretaria da Promoção Social até maio de 1990, como equipamento de retaguarda para as Casas localizadas no centro. O PCR atendia principalmente casos de emergência ou de impossibilidade de encaminhar a criança para a Casa Moradia. Em 1988, as duas Secretarias, do Menor e da Promoção Social, celebraram um acordo segundo o qual os educadores de rua cumpriam plantões no PCR durante um curto período, que acabou se prolongando por sete meses. Em maio de 1990, o PCR passou a ser coordenado pela Secretaria do Menor.

Também foram freqüentes os contatos entre educadores e técnicos da FEBEM, antes que esta Fundação fosse integrada à Secretaria do Menor. Tais contatos tiveram por fim agilizar as desinternações, sobretudo quando atreladas aos encaminhamentos para algum programa da Secretaria do Menor.

Segurança Pública

Os acordos da Secretaria do Menor com a Secretaria da Segurança Pública estabeleceram que o equipamento Casa Aberta seria como uma espécie de território neutro vedado à entrada de policiais. Estabeleceram também os limites de ação para os profissionais de ambas as Pastas durante sua atuação na rua.

A ação dos educadores esbarra freqüentemente com a dos policiais por ocasião de batidas, que resultam ou não em apreensão das crianças. A orientação que a Secretaria do Menor dá ao educador de rua é a de não intervir e informar-se sobre a identificação do policial e da delegacia para onde levará a criança. No início do programa Casa Aberta os educadores se dirigiam à delegacia, a fim de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos, sempre com a intenção de garantir a integridade física, moral e psicológica da criança. Posteriormente, a Secretaria do Menor estabeleceu que o SOS-Criança desempenharia esse papel a partir das informações fornecidas pelo educador.

Nestas batidas pode ocorrer também do educador receber tratamento igual ao que é dado às crianças pelos policiais. Apesar do acordo entre as instâncias superiores, tais situações denotam a resistência em aceitar outra postura de trabalho que não a punitiva.

Para apagar estas arestas e orientados pela Secretaria, os educadores intensificaram o trabalho de sensibilização dos policiais que, a partir de então, passaram a levar as crianças para a Casa Aberta, antes de encaminhá-las à FEBEM. Foi também realizado um trabalho preventivo junto às delegacias e aos Batalhões da Polícia Militar, visando divulgar informações sobre o trabalho da Secretaria do Menor e sobre a importância da educação em meio aberto.

Poder Judiciário

Os contatos do programa Casa Aberta com o Poder Judiciário ocorrem principalmente quando o educador intervém em situações de desinternação da criança na Febem e retorno à família, ou encaminhamento à Casa Moradia ou ao trabalho.

Em algumas Varas de Família, esse contato se faz de forma direta pelos educadores. Em outras situações, quando por exemplo envolve a ação do Comissariado de Menores na rua, estes contatos se estabelecem via SOS-Criança, que dispõe de infraestrutura para agilizar os esclarecimentos necessários e a resolução dos problemas.

Três crianças foram presas na região de Pinheiros. No mesmo dia, por coincidência, a mãe de uma dessas crianças estava no Juizado de Menores para providenciar a documentação do filho. Quando soube que ele estava na Delegacia dirigiu-se para lá, junto com uma educadora de rua.

Seu filho foi solto, não havia Boletim de Ocorrência de sua entrada e ele apresentava hematomas no corpo dizendo ter apanhado dos policiais. Como já tinham marcado uma entrevista com o juiz de Pinheiros para o encaminhamento da documentação, foram até o Juizado para relatar o fato. O juiz tomou o depoimento do menino, encaminhou-o para o Instituto Médico Legal-IML para exame de corpo de delito, e abriu processo.

A coordenadora da Casa Aberta, sob orientação da Secretaria do Menor, foi à delegacia onde as crianças haviam sido presas. O delegado mandou verificar o Boletim de Ocorrência, não conseguiu levantar nada, e prometeu entrar em contato com o Juizado de Pinheiros para facilitar a apuração do caso.

As outras duas crianças foram encaminhadas à FEBEM. No seu relatório constava que haviam sido presas por cobrarem para guardar carros e que chegaram machucadas na FEBEM. Quando elas passaram pelo médico da instituição foram constatadas agressões, mas o prazo para exame de corpo de delito tinha se esgotado.

nen-
e re-
rien-
r de
ntifi-
rá a
edu-
mpa-
com
psi-
a do
aha-
oelo

edu-
és
e as
sis-
nãõ

Se-
o de
pas-
ntes
ado
Ba-
ões
e a

Po-
du-
da
ha-

se
si-
Co-
es-
fra-
sá-





Os educadores da Casa Aberta Pinheiros estavam com um grupo de guardadores de carro quando foram abordados por policiais. Aos gritos, e de armas em punho, estes enfileiraram as crianças, fizeram revista, procurando reconhecer um menino com quem tiveram um mal entendido na noite anterior. A história foi a seguinte: naquela noite um tenente, à paisana, não quis dar gorjeta a um menino e este o chamou de "filhinho de papai". Voltava o tenente agora, para ensinar ao menino "como é que se trata um cidadão".

Uma semana depois o mesmo tenente voltou com os policiais. Era de madrugada e os meninos estavam guardando os carros. Os policiais mandaram desocupar a área e agrediram fisicamente o menino que insultara o tenente. Passados dois dias, voltaram pela terceira vez, com ameaças de levá-los para a FEBEM.

Diante dos fatos e orientados pela Secretária do Menor, a coordenadora da Casa e os educadores de rua procuraram o capitão do Batalhão ao qual pertenciam os policiais, visto que o capitão se colocara totalmente à disposição em uma reunião realizada algum tempo antes, com a presença da própria Secretária.

No dia seguinte, os educadores foram apresentados à tropa, no momento da passagem da ordem do dia. A coordenadora da Casa expôs o trabalho da Secretaria do Menor e o capitão comunicou aos seus subordinados que deviam atuar em conjunto com os educadores de rua facilitando o trabalho da Secretaria do Menor.

7. participar de encontros, seminários e reciclagens

O papel do educador e sua ação pedagógica junto à população atendida pelo programa é respaldado por uma supervisão psicodramática, instituída pela Secretaria do Menor no segundo semestre de 1987. O psicodrama pedagógico objetiva fornecer aos supervisores do programa os dados necessários para sua adequação às necessidades técnicas e teóricas dos educadores. Durante as sessões são abordados temas como educação, momento versus processo, relação educador/educando, alcance e limites da relação, percepção e leitura da situação como possibilidade de uma relação saudável, educação e desenvolvimento, relação entre imposição, liberdade, interação.

Os encontros visam também a compreensão e a sistematização do papel do educador de cuja clareza depende o desenvolvimento das crianças com quem se relaciona. Se ele desempenha outro papel, como o de pai, neutraliza o papel de educador e a criança não se desenvolve enquanto educando. A relação saudável, ao contrário, depende de uma complementaridade correta: quanto mais clara a relação educador/educando, mais condições terá este último para conquistar seus vários papéis sociais de filho, aluno, trabalhador.

O trabalho de supervisão psicodramática é feito atualmente em dois níveis: dinâmica com a equipe interna, que inclui chefia e supervisão, e dinâmica com os coordenadores das Casas. Tais dinâmicas objetivam vivenciar os diferentes papéis e trabalhar as relações entre equipe interna, coordenadores de Casas e educadores de rua.

O pressuposto deste trabalho é que grupos fortalecidos em seus papéis profissionais interagem com outros de maneira mais clara e eficiente. Cabe observar que o psicodrama vem sendo visto pelos educadores como um espaço onde as questões são melhor compreendidas, subsidiando decisões em outros níveis. Ele é um apoio importante, mas não suficiente para o desenvolvimento do papel profissional. Efetivamente, o papel profissional desenvolve-se na prática cotidiana, no espaço de atuação e de decisão.

O processo de reciclagem dos educadores de rua das Casas Abertas incluiu ainda a realização dos seminários temáticos, necessidade amplamente identificada pelos profissionais durante o desenvolvimento do programa.

Os seminários ocorreram no segundo semestre de 1988. Durante os mesmos foi possível identificar a diversidade de condutas e de posturas, a necessidade de uma avaliação do programa com as conseqüentes correções de rota. Muitas destas correções apresentaram-se diretamente relacionadas às questões de identidade profissional, de estratégias programáticas e retaguardas apropriadas.

Os seminários, além de sua função de aprofundamento dos temas e de reciclagem dos educadores, possibilitaram também um diagnóstico da implantação da proposta de atendimento em meio aberto. Os temas tratados foram: drogas, sexualidade, família, adolescência, violência, educação e trabalho, alfabetização de crianças em situação de rua e educação em meio aberto.

A reciclagem incluiu também a criação e o funcionamento do Grupo de Trabalho Casa Aberta, com a proposta de sistematizar as experiências do programa. Este livro é o resultado das reflexões realizadas por esse Grupo de Trabalho.

8. documentar o trabalho através de relatórios

Os relatórios qualitativos e quantitativos das Casas Abertas são instrumentos utilizados na redefinição das posturas dos profissionais e, conseqüentemente, na ação educativa. Servem como subsídios para a supervisão técnica e para estudos específicos como, por exemplo, sexualidade, drogas, violência, família etc.

Na perspectiva da metodologia participativa, adotada pela Secretaria do Menor, são referências para ajustes que vão se dando em decorrência da prática e das reflexões feitas ao longo da experiência, através da compreensão do cotidiano e dos limites do território onde o educador atua.

ua
se-
nti-
nto

tre
car
si-
es
es-
ra-

in-
lo-
un-
to.
ní-
al-
a-

n-
m-
a-
as

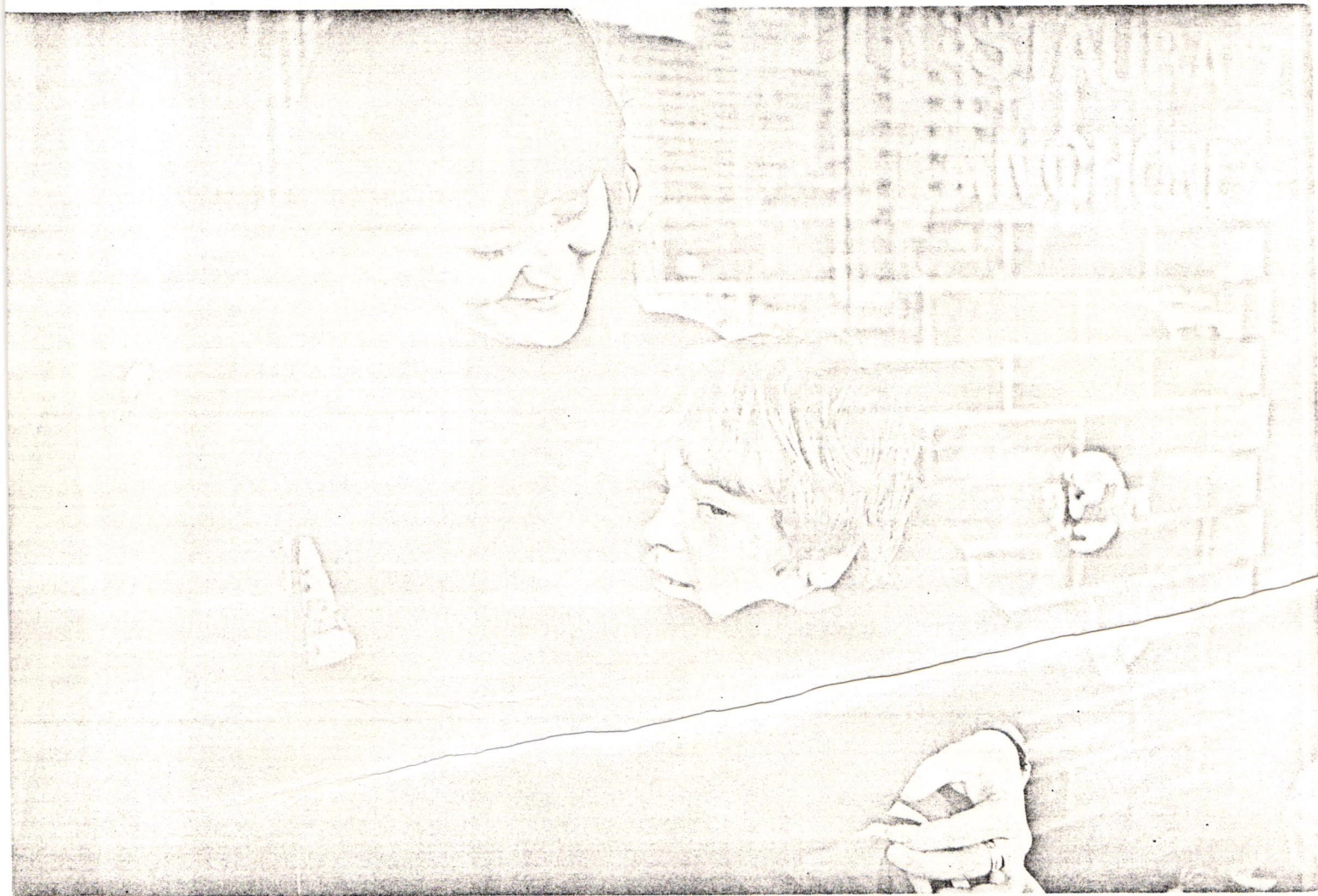
a-
ni-
e-
os
os
a,

o-
a
a
a-
r-





V **conclusão**



cei
tên
cial

situ
trib
se
qu
sup
der
ma
ta r
nã
pro

sã
fiss
de
um
rã
pro
se
tive
ter
rig

me
inc
za
dit
su

rar
mc
ca
tur
air

pro
do
cir
çã
bé
tec
cic
ati
to

liz
atr
zo
da
at
b



O primeiro ponto a destacar contempla o conceito usado para caracterizar crianças e jovens que têm na rua seu espaço principal ou secundário de socialização e sobrevivência.

Ao propor o conceito de crianças e jovens em situação de rua, a Secretaria do Menor pretende contribuir para que a relação entre criança e rua torne-se cada vez mais clara e explícita. Observamos o quanto o termo já evoluiu em relação à genérica e superada noção de crianças abandonadas, e entendemos o quanto é preciso caminhar em direção a uma maior precisão. A experiência do programa Casa Aberta mostrou que esta questão é fundamental, tanto para não estigmatizar a criança e sua família quanto para propor políticas públicas ou ações adequadas.

Outro aspecto que trazemos para esta conclusão salienta a importância e a necessidade de um profissional capacitado para o desempenho das funções de educador de rua. Criança em situação de rua é um dos graves problemas da sociedade contemporânea. No Brasil, nossas universidades não formam profissionais para trabalhar especificamente com esse segmento da população. Também há pouco incentivo para a produção de um conhecimento teórico, sistematizado, que fundamente e respalde as ações dirigidas a essas crianças e jovens.

O educador de rua do programa Casa Aberta começou atuando em um campo onde as dúvidas e as incertezas superavam o conhecimento. A sistematização foi sendo realizada a partir das necessidades ditadas pela prática e este documento é um dos resultados desse processo.

Algumas perguntas postas pela experiência foram respondidas e reorientaram a ação. Outras, como, por exemplo, a questão do vínculo entre o educador e a criança, a do respeito aos valores e subculturas de grupos, foram pensadas, aprofundadas, mas ainda subsiste um significativo desconhecimento.

Reconhecemos que a formação universitária dos profissionais das Casas Abertas teve e continuará tendo um peso importante na construção deste conhecimento sobre crianças e rua, bem como na definição do papel desse profissional. Reconhecemos também a necessidade de treinamentos, de supervisões técnicas, de seminários e outros instrumentos que reciclam tanto o profissional quanto o conhecimento, atingindo, conseqüentemente, o próprio planejamento das políticas.

Este aspecto, o das políticas públicas, vem finalizar nossas considerações. A Secretaria do Menor, através de programas como Casa Aberta, concretizou alternativas de atendimento diversas das calçadas no confinamento das crianças em situação de rua, até então a única solução adotada pelos poderes públicos do Estado de São Paulo.

Desde o início, esta secretaria viu claramente a necessidade de propor, de desenvolver, através da prática, modelos de atendimento público que pudessem servir de referência a outras instituições e órgãos afins. No entanto, a escolha de um modelo de política social que levasse em conta a integração eficaz dos diferentes setores da sociedade e a racionalização da utilização dos serviços e recursos disponíveis na comunidade veio acompanhada de um elenco de dificuldades, na maioria das vezes, difíceis de serem transpostas.

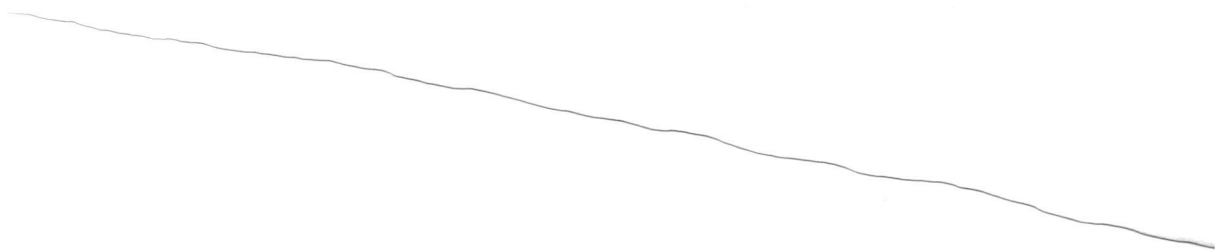
Num país onde as políticas sociais receberam como herança do período de autoritarismo a fragmentação das ações, além do excessivo centralismo na implantação dos programas, torna-se tarefa árdua vencer, entre outros, os obstáculos historicamente calcados no corporativismo e no clientelismo. Ressalte-se também, que no nível das estratégias, os estudos de benefícios e as avaliações de desempenho não puderam se constituir, de fato, em indicadores para o planejamento ou instrumentos para a correção de rotas ou distorções na consecução dos objetivos estabelecidos.

Isto, no entanto, não significa um pessimismo, mas sim o reconhecimento de que existem sérios problemas a serem enfrentados. Para revertê-los, é necessário conhecê-los sem preconceitos. Por exemplo, o próprio programa Casa Aberta foi criado para atuar no efeito de um problema maior - como tantas vezes insistiu a Secretária do Menor, Alda Marco Antonio -, para atuar no efeito provocado pela inadequação das políticas econômicas e sociais que, no Brasil, além de continuarem privilegiando o capital em detrimento do trabalho, não estão dando conta de atender as populações pobres, principalmente em seus setores mais jovens.

As crianças e os adolescentes em situação de rua não constituem e nem são uma população especial. Foram tornados especiais porque nossas políticas públicas estão inadequadas para atender a todos. Enquanto a sociedade ainda vislumbra uma organização dos aparelhos do Estado que não necessite de políticas especiais para essas ditas populações especiais, a Secretaria do Menor tratou de tornar concretos os princípios de garantia dos direitos para essas crianças e jovens.

A implantação de um programa de atendimento em meio aberto, como recurso possível diante dessa inadequação das políticas, deu contemporaneidade ao tipo de atenção a ser dispensada a esse segmento social. Atualizou-a, trazendo de fato para o campo dos direitos sociais, humanos e civis, o que outrora ficara restrito a discursos.







bib

A F

DEI

EL.

FOI

—

FU

FU

LA

MA

RC

SA

SE



bibliografia consultada

- A FAMÍLIA em questão. LG.F. Fukui & M.C.A. Bruschini (org). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, (37) 1981.
- DEMO, Pedro. Participação comunitária e constituição: avanços e ambigüidades. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (71) 1989.
- EL ABANDONO. **Método**, Montevideo, Consejo del Niño de la Republica Oriental del Uruguay, 1 (1): 2-51, set. 1988.
- FONSECA, Claudia. **A circulação de crianças em grupos populares de Porto Alegre no início do século: um exame de processos jurídicos de apreensão de menores (1900-1926)**. Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, s.d. (mimeo).
- _____. **O internato do pobre: FEBEM e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. Temas IMESC**. Sociedade, Direito, Saúde. São Paulo, 4 (1) 1987.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de São Paulo: 1980**. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **O jovem na Grande São Paulo**. São Paulo, SEADE, 1988. (Coleção Realidade Paulista)
- LAJEUNESSE-PILLARD, N. **Regard sur l'abandonisme**. Toulouse, Erès, 1984.
- MARSHAL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Painel de abertura. In: **SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS DE RUA NA AMÉRICA LATINA, 1.**, São Paulo, 1989. **Anais**. São Paulo, Secretaria do Menor, 1990.
- SALM, Claudio L. **Escola e trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SEMINÁRIO Interno da Secretaria do Menor, 1., São Paulo, 1989. São Paulo, S.M., 1990.

grupo de trabalho casa aberta

Este livro é o resultado das reflexões do Grupo de Trabalho do programa Casa Aberta - GT Casa Aberta, que sistematizou a experiência acumulada pelos educadores de rua desde junho de 1987, com educação em meio aberto.

Planejado e coordenado pela Assessoria Técnica do Gabinete da Secretária, o GT Casa Aberta, que operou entre fevereiro e setembro de 1989, foi constituído por uma equipe de retaguarda e outra de trabalho, com funções específicas e complementares. A equipe de retaguarda coube reunir as informações sobre o programa, disponíveis na Secretaria, elaborar relatórios parciais segundo os roteiros pré-estabelecidos pelo GT, e coordenar todos os passos implicados na sistematização das informações, contando com a infra-estrutura do Centro de Informação e Divulgação da Secretaria - CID.

A equipe de trabalho teve por atribuição avaliar e complementar as sistematizações feitas pela equipe de retaguarda e principalmente enriquecer suas discussões conceituais.

Os educadores de rua e os coordenadores de Casa Aberta que participaram do GT foram escolhidos a partir de listas tríplexes apresentadas pelos conjuntos dos profissionais do programa Casa Aberta.

Secretária do Menor

Alda Marco Antonio

elaboração do plano do grupo de trabalho

Ana Célia de Almeida Prado Pecci

Fúlvia Rosemberg

Sylvia Cavasin

assessoria técnica

coordenação

Cecília Simonetti

assessoria técnica

equipe de retaguarda

Sylvia Cavasin

assessoria técnica

Maria Cecília Cação Pereira

assessoria técnica

Maria Aparecida Coelho Zanon

grupo de planejamento e integração

equipe de trabalho

Cassiana Passos Claro

supervisão de área do grupo de atendimento ao menor da capital

Raquel Elorza Rodrigues Alves

chefia do programa casa aberta

Maria Aparecida Miranda

supervisão do programa casa aberta

Mário Mendes Raucci

coordenador de casa aberta

Izilda Cristina Martins Cordeiro

educadora de rua

Nivaldo Antonio Lopes

educador de rua

colaboradores

Adalberto Silva Santos/educador de rua

José Gonçalves Pereira/supervisor programa casa aberta

Neusa Francisca de Jesus/chefe da equipe casa moradia

Reinaldo Bulgarelli/assistente de direção do grupo de atendimento ao menor da capital

apoio logístico

Maria Nazareth Bezerra

número de crianças em situação de rua encaminhadas pelo programa casa aberta (*)
do início do programa a junho de 1990

Programa Casa Aberta/Unidade	Masculino	Feminino	Total
Antonia de Queiroz	836	277	1113
Brás	95	77	172
Campinas	103	18	121
Itaquera	426	194	620
Lapa	382	95	477
Luz	392	106	498
Moema	219	141	360
Pinheiros	203	87	290
Santo Amaro	288	60	348
São Judas	887	179	1066
São Miguel	92	50	142
Santana	277	85	362
Sé	783	530	1313
Vila Joaniza	205	110	315
Vila N. Cachoeirinha	135	73	208
Total	5323	2082	7405

(*)Vide capítulo IV. 6.

FONTE: CID - Banco de Dados/Secretaria do Menor

os programas da secretaria do menor

Casa Aberta	Atendimento a crianças e jovens que vivem nas ruas. É a porta de entrada aos programas através dos educadores de rua.
Casa Moradia	Residência para adolescentes de 14 a 17 anos, cujo retorno à família se tornou impossível.
Casa Renascer	Atendimento a crianças e jovens que fazem uso de drogas.
Programa de Iniciação ao Trabalho	Implantado nas empresas estatais, oferecendo 1.800 vagas renováveis a cada 6 meses.
SOS Criança tel.: (011) 270-9833	Serviço de atendimento telefônico à disposição da população para atender consultas e denúncias em questões relativas a crianças e jovens.
Casa Abrigo	Atende e abriga crianças vítimas de violência física, enquanto se processa o encaminhamento adequado.
Clube da Turma	Complementação do horário escolar com atividades esportivas, culturais e educativas, alimentação, transporte, assistência médica-odontológica para crianças de 3 a 14 anos.
Creche/Pré-Escola	Atendimento de crianças de 0 a 7 anos incompletos durante o período que os pais estão trabalhando, proporcionando educação, recreação, sociabilização, segurança e alimentação.
Turma do Recriação	Complementação do horário escolar, incentivando o lazer e a sociabilização através de atividades culturais e esportivas, assistência médica e odontológica.
Enturmando	Complementação do horário escolar de crianças e jovens de periferia, através de circos-escola que propiciam práticas culturais.
Casa Aberta Leide das Neves	É uma casa aberta de segunda geração inteiramente dedicada a práticas culturais.
Turma Faz Arte	Alternativa cultural para crianças e jovens que vivem em bairros que não têm equipamentos sociais, desenvolvida em locais disponíveis da comunidade.
Rede Criança/Serviço de Adv. da Criança tel.: (011) 239-0411	Combate organizado e sistemático à violência física, doméstica e sexual que atinge crianças e jovens. A assistência jurídica é feita pelo Serviço de Advocacia da Criança.
Núcleo de Formação Profissional	Destinado ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos do quadro de profissionais da Secretaria do Menor e prestação de assessoria técnica a órgãos governamentais.

**a rede de
casas abertas da
secretaria do menor**

casa aberta santana

Estatat: CETESB

Zona Norte

casa aberta campinas

Estatat: CPFL

Interior

casa aberta cerqueira César

Estatat: SABESP

Centro

casa aberta luz

Estatat: FEPASA

Centro

casa aberta brás

Estatat: BANESPA

Centro

casa aberta sé

Estatat: FEPASA

Centro

casa aberta santo amaro

Estatat: DERSA

Zona Sul

casa aberta v.n. cachoeirinha

Estatat: CETESB

Zona Norte

casa aberta de moema

Estatat: CEESP

Zona Sul

casa aberta jabaquara

Estatat: ELETROPAULO

Zona Sul

casa aberta vila joaniza

Estatat: BANESER

Zona Sul

casa aberta itaquera

Estatat: CESP

Zona Leste

casa aberta são miguel paulista

Estatat: VASP

Zona Leste

casa aberta lapa

Estatat: CETESB

Zona Oeste

casa aberta pinheiros

Estatat: BANESPA

Zona Oeste

número atual de educadores das casas abertas:

122

A rede de Casas Abertas bem como outros programas que estão sendo implantados pela Secretaria do Menor, entre outras novidades, adotou um modo de financiamento inédito no País. Empresas Estatais do Estado de São Paulo são responsáveis pelo financiamento de recursos físicos e materiais dos mesmos. Esta forma de parceria entre a Secretaria do Menor e as Empresas Estatais acarreta uma série de vantagens, dentre as quais destaca-se a economia decorrente do uso de infraestrutura administrativa destas empresas. Isto facilita e permite à Secretaria do Menor ter equipes pequenas e ágeis, apenas para criação, coordenação e direção.

programa casa aberta

equipe de implantação

coordenação

Cassiana Passos Claro
bióloga

Cecília Simonetti
socióloga

Patrícia Pedrotti
terapeuta ocupacional

supervisão

Clélia Neves de Azevedo
Fernanda Everly Schwyter Granziera
José Gonçalves Pereira
Maria Aparecida Miranda
Neusa Francisca de Jesus
Raquel Elorza Rodrigues Alves

educadores de rua

(1º grupo com início de atividades em maio/87)

Ana Cláudia Marques
Aninha de Almeida Prado Pecci
Antonio Duarte dos Santos
Djalma Quirino de Carvalho
Edna Bugulin
Eliane de Aguiar Peixoto
Fátima Yara Costa Dias
Hiverli Michelan Preto
Indiana Del Fre Ludviger
Maria Luísa Braga Borges
Maria Sílvia Vianna Mattiazzo
Maria do Socorro Azevedo
Maria Cristina Criscio Gomes
Maria Eduarda W. Alexandrino da Rocha
Maria da Conceição dos Santos Melo
Mário Mendes Raucci
Marilza Patrício Fernandes
Wanderley Rodrigues Correia

equipe atual

Raquel Elorza Rodrigues Alves
supervisão do programa de atendimento em meio aberto

Verônica Mendes de Mello
chefe da equipe casa aberta

José Humberto da Silva Filho

Ana Cláudia Marques

Magali Arrabal Pacheco Palhares
supervisão do programa casa aberta

Stela Fava
supervisão institucional (psicodrama pedagógico)

coordenadores das casas abertas

Adalcira Santos Bezerra
Aninha de Almeida Prado Pecci
Edna Bugulin
Eliane de Aguiar Peixoto
Fátima Yara Costa Dias
Glays Romeu Peccequillo
Indiana Del Fre Ludviger
Lia Mara Novaes
Maria da Conceição dos Santos Melo
Maria do Socorro Azevedo
Maria Sílvia Vianna Mattiazzo
Mário Mendes Raucci
Maurício de Souza Merlini
Rosirene Rocha S. das Neves
Wanderley Rodrigues Correia

antigos diretores e coordenadora que também colaboraram na implantação dos programas

Lúcia Tereza Fávero e Silva
coordenadora de atendimento integral ao menor

Rosa Maria Fátima Castro e Oliveira
diretora do grupo de atendimento ao menor da capital

Tânia Maria de Carvalho
diretora do grupo de atendimento ao menor do interior

Wagner Antonio dos Santos
diretor do grupo de planejamento e integração

